



Relatório de Síntese

sobre o estado da segurança
alimentar e nutricional e a
vulnerabilidade na África Austral



2020



RVAA

Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade

Informar os Meios de Subsistência Resilientes



Supported by



Reconhecimentos

O Relatório de Síntese 2020 sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional e Vulnerabilidade na África Austral foi compilado pelo Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade (RVAA) do Secretariado da SADC, sob a liderança da Direcção de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) da SADC e da Unidade de Redução de Riscos de Catástrofes (DRRU).

O relatório foi aprovado pelo Comité Directivo do Programa RVAA, composto por secretários permanentes dos ministérios que albergam as comités nacionais de avaliação da vulnerabilidade (NVACs), realizado a 9 de Julho de 2020.

Os Estados-Membros da SADC e os parceiros de desenvolvimento, especialmente o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), contribuíram com financiamento e apoio técnico.

Os grupos de trabalho técnicos do Comité de Avaliação da Vulnerabilidade Regional sobre 1) Classificação da Fase Integrada de Segurança Alimentar (IPC); 2) Género, Nutrição e HIV/SIDA; 3) Análise de Mercado; 4) Avaliação Urbana; e 5) Gestão da Informação, respectivamente, apoiaram os Estados-Membros na análise integrada.

O Programa Mundial Alimentar da ONU (WFP) e Landell Mills (LM) apoiaram o Secretariado da SADC na implementação das funções técnicas e de institucionalização do Programa RVAA, respectivamente.

Prefácio

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) é um agrupamento regional fundado por países da África Austral que tem como objectivo promover e aprofundar a cooperação sócio-económica, política e de segurança entre os seus Estados-Membros e fomentar a integração regional a fim de alcançar a paz, a estabilidade e a riqueza. Os Estados-Membros são Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo (RDC), Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

Este relatório fornece uma visão geral da vulnerabilidade em toda a região no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional. No centro da sua análise estão os dados primários recolhidos pelos respectivos NVACs. Dados secundários de outras entidades governamentais, bem como de parceiros humanitários e de desenvolvimento, contribuem para a análise dos NVACs.

A informação contida nesta publicação pode ser livremente utilizada e copiada para fins não comerciais, desde que a SADC seja reconhecida como a fonte. O nome e o emblema da SADC são propriedade exclusiva da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e são protegidos pelo direito internacional. A utilização não autorizada é proibida. Não podem ser copiados ou reproduzidos de forma alguma sem a autorização prévia por escrito da SADC. Os pedidos de permissão devem ser enviados ao Secretário Executivo do Secretariado da SADC.

Índice

Listas de tabelas e figuras	4
Lista de Abreviaturas	5
Resumo executivo	6
Introdução	7
O RVAA da SADC	7
O Fórum de Divulgação	7
Abordagens e métodos	7
Visão geral da revisão	8
Introdução	8
Perspectiva regional de segurança alimentar	9
Perspectiva de segurança nutricional regional	10
Factores contribuidores	13
Conclusões	24
Recomendações	24
A curto prazo	24
A médio e longo prazo	26
Resumo dos países	27
Angola	27
Botswana	27
República Democrática do Congo	27
Eswatini	27
Lesoto	28
Madagáscar	28
Malawi	29
Maurícias	30
Moçambique	30
Namíbia	31
África do Sul	31
Tanzânia, República Unida da	31
Zâmbia	32
Zimbabué	32
Anexo A: Breve resumo da insegurança alimentar e nutricional regional	33

Listas de tabelas e figuras

Figura 1: Prevalencia de atrofiamento	10
Figura 2: Prevalência de desnutrição aguda global	11
Figura 3: Práticas de alimentação infantil na Região da SADC, crianças 6-23 meses	12
Figura 4: Pluviosidade em % média, Outubro 19 – Março 20	15
Tabela 1: Número de pessoas com insegurança alimentar	10
Tabela 2: Casos e mortes da COVID-19, 01 de Julho de 2020	13

Lista de Abreviaturas

AIDS	Síndrome de imunodeficiência adquirida
CFR	Taxa de mortalidade de casos
COVID-19	Doença de Coronavírus 2019
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
DRC	República Democrática do Congo
DRRU	Unidade de Redução de Riscos de Catástrofes da SADC
EVD	Doença do vírus Ebola
FANR	Direcção da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais da SADC
FMD	Febre Aftosa
GBV	Violência com Base no Género
GMO	Organismo Geneticamente Modificado
GSU	Unidade de Apoio Global IPC
HCF	Instalações de Cuidados de Saúde
HEA	Abordagem Económica Doméstica
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
IMF	Fundo Monetário Internacional
IPC	Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada
LM	Moinhos de Landell
MAD	Dieta mínima aceitável
MLND	Doença da Necrose Letal do Milho
MUAC	Circunferência do Antebraço
NVAC	Comité Nacional de Avaliação da Vulnerabilidade
BPLHIV	Pessoas vivendo com HIV
QUIBB	Questionário de Indicadores Básicos de Bem-estar
RVAA	Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional da SADC
SADC	A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SDC	Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação
SDG	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique
SIDGS	A Estratégia de Desenvolvimento Integrado de Madagáscar para o Grande Sul
TB	Tuberculose
UK	O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
UN	Nações Unidas
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para as Crianças
USD	Dólares dos Estados Unidos
VAA	Avaliação e análise de vulnerabilidades
VAM	Análise e Mapeamento de Vulnerabilidade do WFP
WASH	Água, saneamento e higiene
WFP	Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas
WHA	Assembleia Mundial da Saúde
WHO	Organização Mundial da Saúde
Mvam	Análise e Mapeamento da Vulnerabilidade Móvel do WFP

Resumo executivo

O impacto total da COVID-19 e o confinamento da segurança alimentar e nutricional ainda não pode ser compreendido, uma vez que ainda estamos a atravessar a crise. O confinamento atrasou as avaliações NVAC em vários Estados-Membros. No entanto, mesmo antes do confinamento, a região estava em vias de atingir níveis de insegurança alimentar semelhantes aos do ano anterior, quando 41.2 milhões da população da África Austral estavam em necessidade - o valor mais elevado de uma década.

De acordo com a informação actual recebida no fórum de divulgação anual, cerca de 44.8 milhões de pessoas, tanto nas zonas urbanas como rurais da África Austral, estão em insegurança alimentar. Dada a situação de rápida evolução trazida pela COVID-19, a maioria dos NVACs ainda está a analisar o impacto da pandemia na segurança alimentar e nutricional, bem como os efeitos secundários que poderiam ter sido provocados pela pandemia global.

A região também enfrenta o triplo fardo da desnutrição. As crianças menores de 5 anos são alimentadas predominantemente com dietas pobres: 9 Estados-Membros apresentam taxas de atrofiamento acima dos 30%, enquanto 4 Estados-Membros apresentam taxas de obesidade acima dos 10%. Dada a escala das perturbações, são esperados aumentos significativos nos níveis de insegurança alimentar e nutricional em toda a região.

Com base nos dados disponíveis, a pandemia da COVID-19 teve um impacto limitado na produção de alimentos (disponibilidade). Espera-se que a colheita de milho da região em 2020 tenha aumentado pelo menos 8% em relação ao ano passado. A nível internacional, espera-se uma produção recorde de milho, trigo e arroz, o que significa que os países com défices de cereais irão provavelmente beneficiar da baixa dos preços mundiais dos cereais, assumindo que não se

verificará qualquer falha no comércio de cereais devido às restrições da COVID-19.

As condições secas também afectaram a produção em Eswatini, Lesoto, sudeste de Angola, sul de Madagáscar e Moçambique e a maior parte do Zimbabué.

Embora não afectando a produção, o confinamento da COVID-19 contribuiu significativamente para a pobreza já generalizada, o que afecta a capacidade da população da África Austral para comprar (aceder) alimentos no mercado, bem como a capacidade dos governos comprar e movimentar quantidades suficientes de alimentos. A população urbana pobre tem vindo a sofrer desde o início do confinamento, uma vez que depende inteiramente do mercado para a sua alimentação. O confinamento trouxe também mais fome às zonas rurais, onde muitas famílias pobres dependem de remessas, turismo, e programas de alimentação escolar. As dietas têm-se agravado à medida que diversas variedades de alimentos se tornam indisponíveis, inacessíveis e financeiramente inviáveis aos agregados familiares mais vulneráveis, contribuindo para a desnutrição.

Espera-se que a insegurança alimentar rural atinja o seu pico entre Novembro de 2020 e Janeiro de 2021 (altura em que as famílias de pequenos agricultores teriam esgotado as suas próprias reservas alimentares) com a próxima colheita prevista para Abril de 2021. Assim, embora se esperem mais dados, através da advocacia precoce há tempo suficiente para dar uma resposta coordenada à grave insegurança alimentar rural esperada até Janeiro de 2021, ao mesmo tempo que se ajuda aqueles que já se encontram em grave insegurança alimentar nas cidades e aldeias de toda a região. A assistência recomendada pode ser uma combinação de transferências alimentares e/ou em dinheiro.

As redes de segurança social que respondem ao choque também devem ser aumentadas e deve ser

dada especial atenção aos casos crescentes de violência doméstica e violência baseada no género durante o confinamento da COVID-19. As perspectivas de género devem ser incorporadas em todas as respostas à COVID-19 para assegurar que as acções durante e após a crise da COVID-19 visem a construção de economias e sociedades mais iguais, inclusivas e sustentáveis.

Para abordar directamente a COVID-19, a região deve concentrar-se no desenvolvimento e implementação de uma estratégia regional sobre higiene e lavagem das mãos com sabão.

Os Estados-Membros estão a monitorizar a segurança alimentar e nutricional e são encorajados a continuar a explorar com os parceiros a viabilidade de métodos virtuais de recolha de dados, previsão, e descentralização dos processos de avaliação da vulnerabilidade. E quando são realizadas entrevistas presenciais, os avaliadores devem aderir aos regulamentos da COVID-19 do respectivo Governo do Estado-Membro.

Introdução

O RVAA da SADC

O Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade (RVAA) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) procura assegurar o fornecimento atempado de informação credível sobre vulnerabilidade; ao mesmo tempo que reforça as capacidades para satisfazer as necessidades cada vez maiores de informação dos governos e parceiros para a programação do desenvolvimento e resposta a emergências.

O sistema de avaliação e análise da vulnerabilidade da região (VAA) baseia-se nos comités nacionais de avaliação da vulnerabilidade (NVACs) dos Estados-Membros da SADC. Os NVACs são uma fonte de informação fundamental para a resposta a emergências e programação de desenvolvimento, tanto por parte dos governos como dos parceiros, bem como para informar as políticas na área da segurança alimentar e nutricional.

O Fórum de Divulgação

É aqui que os NVACs e parceiros partilham a sua análise colectiva da situação de vulnerabilidade regional, que atinge o seu pico durante a "época da fome" de Janeiro a Março, quando muitas famílias de pequenos proprietários ficam sem as suas colheitas de Abril-Junho.

Dada a natureza cíclica da insegurança alimentar na África Austral, o RVAA defende a integração da pobreza, género e outras dimensões na avaliação e análise da vulnerabilidade; e este ano, a COVID-19.

Este relatório apresenta necessidades agudas, identifica restrições estruturais, e apresenta recomendações para abordar a vulnerabilidade à segurança alimentar e nutricional em todo onexo de desenvolvimento humanitário.

Abordagens e métodos

No início de 2020, como a magnitude da pandemia da COVID-19 estava a tornar-se clara, o Programa RVAA apoiou o desenvolvimento de directrizes para a avaliação e análise da vulnerabilidade no contexto da COVID-19 ([link](#)). Aprovado pelo Comité de Ministros responsáveis pela Segurança Alimentar e Agricultura e Aquacultura e Pescas da SADC, as orientações integram o princípio "Não causar danos", para que as avaliações sejam conduzidas de forma a salvaguardar a segurança, saúde e liberdades civis de todos os participantes. A importância da VAA urbana é também sublinhada pelas directrizes, o que pressupõe que os habitantes das cidades são mais afectados pela COVID-19 e pelo confinamento associado. (De facto, desde 2008, tem havido um esforço concertado para compreender os meios de subsistência urbanos e como são afectados pelos choques).

Dadas as restrições de movimento devidas à COVID-19 em toda a região, as abordagens inovadoras de recolha de dados são delineadas nas directrizes para consideração. Os Estados-Membros são encorajados a explorar, juntamente com os seus parceiros, a viabilidade de métodos virtuais de recolha de dados, tais como entrevistas telefónicas

assistidas por computador. A descentralização dos processos de avaliação da vulnerabilidade é também recomendada: estabelecimento e capacitação de grupos de equipas NVAC subnacionais.

E quando são realizadas entrevistas presenciais, os avaliadores devem aderir aos regulamentos da COVID-19 do respectivo Governo do Estado - Membro.

Em geral, os NVACs empregam várias abordagens baseadas nos meios de subsistência para recolher e analisar dados de vulnerabilidade. Os "meios de subsistência sustentáveis" são o quadro conceptual orientador. A Abordagem Económica Doméstica (HEA) e a Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada (IPC, [link](#)) são quadros analíticos comuns. Métodos qualitativos, bem como inquéritos quantitativos aos agregados familiares (questionários estruturados) são utilizados para recolher dados primários que são complementados com dados secundários de fontes múltiplas.

Em resposta ao impacto da COVID-19, a Unidade de Apoio Global (GSU) da IPC reavaliou a Estratégia Global e Regional 2020 para a África Austral. Para apoiar os países a continuar com a análise aguda, a IPC GSU implementou várias novas directrizes, incluindo as directrizes para Análise Virtual, Directrizes para Requisitos Mínimos de Evidência para a IPC na Ausência de Recolha de Dados Primários e Desenvolvimento de Pressupostos para Análise Prevista de Segurança Alimentar. Além disso, a GSU conduziu algumas análises urbanas piloto e completou as directrizes sobre a análise urbana IPC para apoiar a recolha de dados e a análise da insegurança alimentar em áreas urbanas.

Os vários métodos e abordagens de avaliação utilizados pelos NVACs são harmonizados através de um conjunto comum de indicadores nas suas avaliações. Este progresso no sentido da harmonização das avaliações continua a produzir resultados.

Reconhecendo que a África Austral é um "hotspot" (ponto crítico) de seca, o Programa Alimentar

Mundial da ONU (WFP) desenvolveu uma ferramenta de análise do "hotspot" de seca para antecipar a insegurança alimentar e planear em conformidade uma resposta precoce. O instrumento considera a quantidade de precipitação e a distribuição temporal, as condições de vegetação, e as temperaturas da superfície da terra, para estimar a escala e a gravidade das secas. Tal abordagem sublinha a importância da previsão na abordagem da segurança alimentar e nutricional.

A pandemia da COVID-19 e o respectivo confinamento foram choques adicionais únicos para os meios de subsistência na região no período em análise, com impacto na segurança alimentar e nutricional de formas complexas e imprevisíveis. O Programa RVAA procura contribuir para a compreensão desta interacção através de um estudo em grande escala, a ser concluído até Setembro de 2020.

Visão geral da revisão

Introdução

A segurança alimentar e nutricional é um resultado essencial dos meios de subsistência, que compreendem as capacidades, os bens (incluindo os recursos materiais e sociais) e as actividades necessárias para os meios de vida. O acesso e controlo dos bens é influenciado pela interacção de regras operacionais, leis, regulamentos, políticas e processos, que determinam potenciais estratégias de subsistência (por exemplo, cultivo de culturas, criação de gado, exploração mineira, comércio, ensino, etc.). Os meios de subsistência actuam num contexto de vulnerabilidade mais amplo definido por tendências (por exemplo, crescimento populacional, alterações climáticas, estações do ano, crescimento económico, desenvolvimentos tecnológicos, etc.) e choques (secas, cheias, ciclones, conflitos, doenças).

Perspectiva regional de segurança alimentar

O impacto total da COVID-19 e do confinamento ainda não pode ser totalmente calculado, uma vez que ainda estamos a atravessar a crise. O número de pessoas em situação de insegurança alimentar este ano será muito superior aos números de avaliação, dado a população urbana pobre não avaliada, e o facto de simplesmente não podermos saber onde nos iremos situar aquando o pico da época de escassez entre Novembro de 2020 e Janeiro de 2021. Contudo, mesmo antes do confinamento a região estava em vias de atingir níveis de insegurança alimentar semelhantes aos do ano anterior, quando 41.2 milhões da população da África Austral estava em necessidade - o valor mais elevado de uma década.

Com base nos dados disponíveis, estima-se que 44.8 milhões de pessoas em 13 países membros da SADC estejam em insegurança alimentar neste ano de consumo (ver **Tabela 1**). Em comparação com 2019, a insegurança alimentar aumentou quase 10% em 2020. Isto inclui 33.6 milhões de pessoas que vivem em zonas rurais e 11.1 milhões em zonas urbanas (apenas algumas poucas cidades foram avaliadas). A vulnerabilidade dos residentes

urbanos à fome é considerável e requer uma acção urgente. A insegurança alimentar rural não é excepção: com base nos dados disponíveis, 17% da população rural da região está a lutar pelo acesso aos alimentos, quer devido a desafios na disponibilidade de alimentos, quer devido ao limitado poder de compra induzido pelas subidas de preços.

Embora as cadeias de abastecimento alimentar tenham permanecido funcionais na região, os atrasos nos postos fronteiriços na movimentação de reservas alimentares, a redução das colheitas e das reservas domésticas em alguns países, levaram a aumentos de preços, mesmo durante o período de colheita. Os dados das avaliações dos países mostram que os agregados familiares já estão envolvidos em estratégias de sobrevivência alimentar; pedir dinheiro emprestado; vender bens domésticos e de subsistência para ter acesso a alimentos. As populações urbanas sofreram choques de rendimento significativos.

Os agregados familiares sofreram perdas de rendimento e redução dos rendimentos de fontes formais e informais. As famílias rurais têm sofrido diminuições significativas em remessas. Registaram-se aumentos significativos no número

Tabela 1: Número de pessoas com insegurança alimentar

Country	Total affected 2019/20	Rural affected 2020/21	Urban affected 2020/21	Total affected 2020/21	Rural population	% rural population affected 2020/21	Notes
Angola	1,139,064	1,051,800		1,051,800	11,087,737	9	The Government of Angola and WFP (Hotspot Analysis)
Botswana	38,300	38,300		38,300	664,641	6	2019 number
DRC	15,878,661	13,141,056		13,141,056	60,722,174	22	IPC Phase 3+, valid Jan to May 2020
Eswatini	232,373	335,421	30,840	366,261	882,208	38	IPC Phase 3+ for 4 rural and 2 urban districts, valid Oct to Mar 2021
Lesotho	433,410	433,000		433,000	1,321,263	33	2019 number, IPC Phase 3+
Madagascar	916,201	554,000		554,000	16,072,148	3	IPC Phase 3+ rural, valid to Jul 2020
Malawi	1,126,147	1,900,000	800,000	2,700,000	14,747,257	13	2019 number, IPC Phase 3+rural
Mozambique	1,648,646	1,648,646	364,389	2,013,035	18,361,753	9	IPC Phase 3+ rural from 2019 & urban (Maputo and Matola), valid to Sep
Namibia	289,644	354,438		354,438	1,209,564	29	IPC Phase 3+, rural & urban, valid to Sep 2020
South Africa	13,670,000	5,800,000	7,800,000	13,600,000	19,771,910	29	2019 number
Tanzania	985,267	488,661		488,661	35,890,686	1	IPC Phase 3+, valid to Sep 2020
Zambia	2,330,182	2,330,182		2,330,182	9,897,231	24	2019 number, IPC Phase 3+
Zimbabwe	5,529,209	5,529,209	2,200,000	7,729,209	9,962,261	56	2019 number: 5.5 rural & 2.2 urban
SADC	41,193,176	33,604,713	11,195,229	44,799,942	200,590,832	17	

de pessoas em situação de insegurança alimentar desde o ano passado em Eswatini (58%); Zimbabué (40%) e Malawi (140%). Eswatini tem sofrido uma série de choques, incluindo colheitas fracas e encerramento de fábricas têxteis. A migração da África do Sul de volta às zonas rurais do país e a migração interna das zonas urbanas para as rurais aumentou a pressão dos agregados familiares rurais no sentido de fornecerem alimentos aos membros extra do agregado familiar, com poucos recursos. A grave situação macroeconómica do Zimbabué evoluiu agora para uma crise prolongada, com 7.7 milhões de pessoas a sofrer de insegurança alimentar. A elevada insegurança alimentar crónica subjacente exacerbou o impacto de uma série de choques agudos no país. De acordo com o ZIMSTAT Inquérito à Pobreza Consumo e Despesa (2017), 70.5% da população era pobre e 29.3% era extremamente pobre.

Deve recordar-se que em 2019 se registou uma situação de seca grave, inundações e ciclones consecutivos, que contribuíram para que 41.2 milhões de pessoas estivessem em insegurança

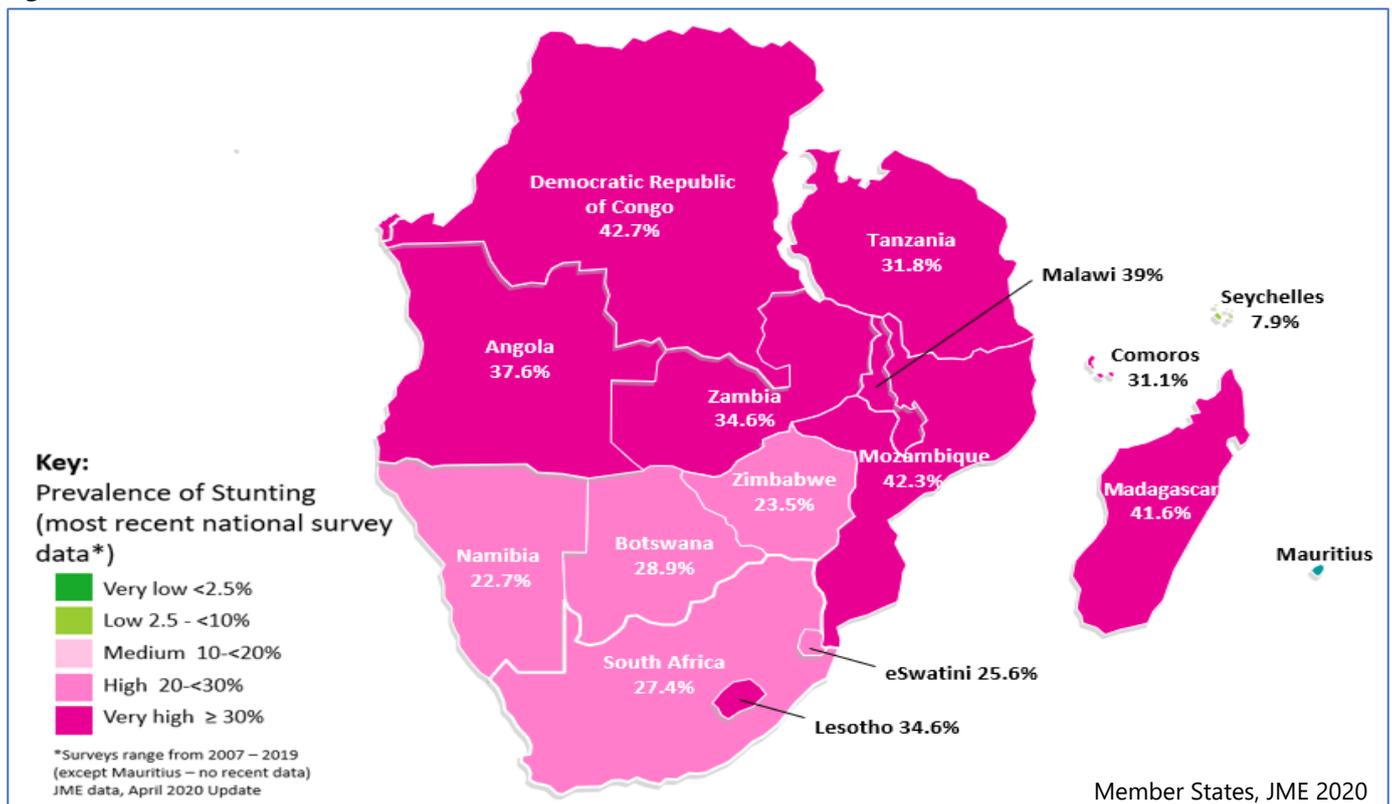
alimentar - a mais elevada numa década. A situação é ainda agravada pela pobreza generalizada, desnutrição crónica e choques macroeconómicos em países como o Zimbabué, onde a inflação alimentar se situa nos 950%. O conflito continua no leste da RDC e no norte de Moçambique. A pandemia da COVID-19 irá aprofundar e aumentar a pobreza e a insegurança alimentar na região.

A análise do ponto crítico de seca do WFP mostra a continuação de condições secas que afectam o sul de Madagáscar e Moçambique, a maior parte do Zimbabué, partes da Zâmbia, sudeste de Angola, bem como o Lesoto e Eswatini. Este tem sido um padrão ao longo das últimas três estações, o que é uma indicação de tempos difíceis pela frente e da necessidade de responder de forma diferente às questões de segurança alimentar na África Austral.

Perspectiva de segurança nutricional regional

A região da SADC enfrenta uma carga tripla de desnutrição caracterizada pela subnutrição (atrofiamento e desnutrição aguda); sobre-nutrição

Figura 1: Prevalência de atrofiamento



(excesso de peso/obesidade); e deficiências de micronutrientes. A região da SADC tem mais de 18.7 milhões de crianças raquíticas (sendo demasiado pequena para a sua idade). A prevalência do atrofiamento é superior a 30% - classificado como muito elevado - em 9 dos 16 Estados-Membros da SADC. A redução do atrofiamento está a ocorrer demasiado lentamente para cumprir os objectivos da Assembleia Mundial da Saúde (WHA) 2025 ou os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) 2030 (ver **Figura 1**).

As dietas à base de cereais são predominantes em toda a região, limitando a diversidade da dieta e aumentando o risco de deficiências de micronutrientes. Isto é actualmente demonstrado pelos surtos de pelagra activa em Moçambique e no Zimbabué. O risco de desnutrição é ainda aumentado pelas alterações climáticas, manifestadas na região como secas e inundações, e o impacto suportado desproporcionadamente pelos mais vulneráveis.

A pandemia da COVID-19 de 2020 aumentou ainda mais o risco de desnutrição devido às medidas de confinamento levado por vários Estados-Membros para conter a propagação do vírus, resultando na redução do acesso aos alimentos. Á medida que mais restrições foram introduzidas pelos Estados-Membros, diversas variedades de alimentos tornaram-se indisponíveis, inacessíveis e financeiramente inviáveis para os agregados familiares mais vulneráveis. Existe o risco de os agregados familiares serem forçados a adoptar práticas alimentares negativas, incluindo a redução da frequência, quantidade e qualidade dos alimentos, para se adaptarem às medidas de confinamento.

Os dados actuais disponíveis mostram que a prevalência de desnutrição aguda global (desgaste muscular- sendo demasiado magra para a sua altura) entre crianças menores de 5 anos é superior a 5% em cinco Estados-Membros (Botswana, Comoros; República Democrática do Congo, Madagáscar e Namíbia). Ver **Figura 2**.

Figura 2: Prevalência de desnutrição aguda global

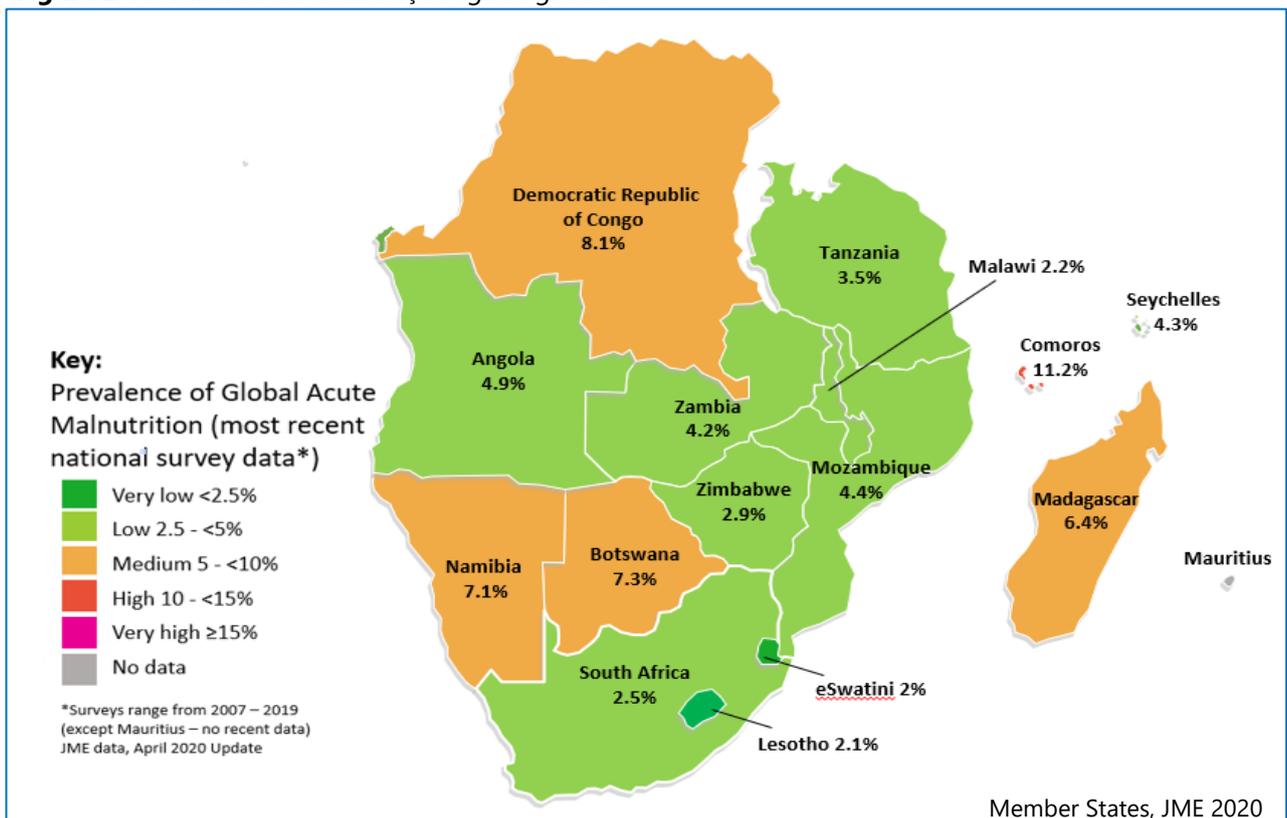
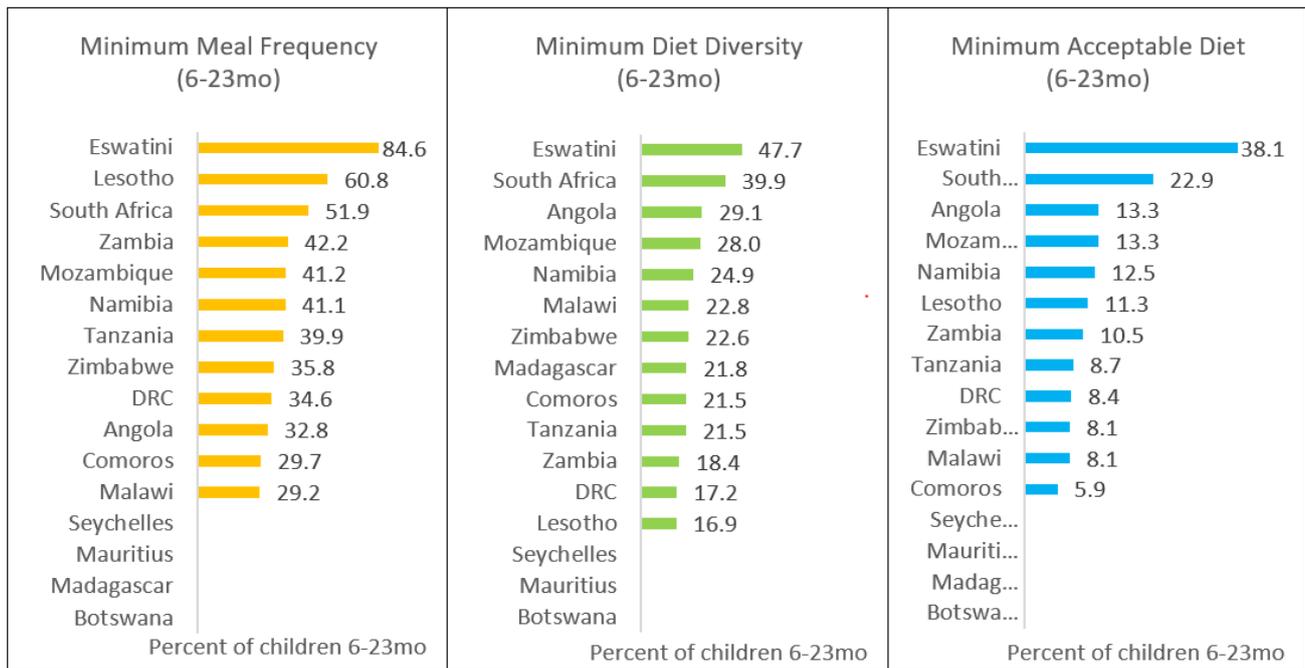


Figura 3: Práticas de alimentação infantil na Região da SADC, crianças dos 6 aos 23



UNICEF, 2019

Embora os efeitos da COVID-19 na desnutrição ainda não sejam totalmente conhecidos, espera-se que com o efeito das medidas de contenção tomadas pela COVID-19, a desnutrição aguda em toda a região possa aumentar em 25% ou mais durante o resto de 2020 e até 2021. Com estas considerações, espera-se que haja aproximadamente 8.4 milhões de crianças que sofrerão de desnutrição aguda em toda a região em 2020, e destas aproximadamente 2.3 milhões de crianças necessitarão de tratamento que visa salvar a vida para a desnutrição aguda grave.

Mais de dois terços destas crianças (72%) encontram-se em seis países da região (Angola, RDC, Moçambique, Madagáscar, Tanzânia e Zâmbia).

Há também bolsas de elevadas taxas de desgaste muscular (superior a 10%) na RDC (províncias do Grande Kasai, Kivu Norte, Kivu Sul e Tanganica), Moçambique (província de Cabo Delgado), sul de Angola (províncias do Cunene e Huila) e sul de Madagáscar (regiões de Atsimo Andrefana e Amosy). Além disso, a fraca produção local de alimentos em alguns países (em particular Angola, Madagáscar, Moçambique e Zimbabué) indica um início precoce da estação magra que irá agravar ainda mais os efeitos da COVID-19. A prestação de

serviços de nutrição essencial também tem sido afectada por restrições em reuniões de massa, afectando os serviços de proximidade da comunidade tais como imunização, suplementação com vitamina A e rastreio da circunferência do antebraço (MUAC) em alguns Estados-Membros, o que limitará ainda mais a cobertura de crianças vulneráveis. Os Estados-Membros estão a adaptar as actividades de implementação para manter a prestação de serviços essenciais. As adaptações incluem a simplificação dos protocolos de admissão de crianças com desnutrição aguda grave, a expansão do ensino de mães e cuidadores para identificar quando os seus filhos estão desnutridos e o que fazer (MUAC familiar), e a utilização de tecnologia móvel para a recolha de dados e relatórios.

Como mencionado anteriormente, o excesso de peso/obesidade é também um desafio crescente na região, tanto entre adultos como entre crianças pequenas. A prevalência do excesso de peso entre as crianças com menos de 5 anos é elevada, sendo superior a 10% em quatro Estados-Membros (Botswana 11.2%, Comores 10.6%, Seychelles 10.2% e África do Sul 13.3%).

Tabela 2: COVID-19 casos e mortes, 01 Julho 2020

Região	Casos	Mortes
Angola	284	13
Botswana	227	1
Comoros	303	7
RDC	7,039	169
Eswatini	812	11
Lesoto	27	0
Madagascar	2,214	20
Maurícias	341	10
Malawi	1,265	16
Moçambique	889	6
Namíbia	203	0
Seychelles	81	0
África do Sul	151,209	2,657
Tanzânia	509	21
Zâmbia	1,594	24
Zimbabué	591	7
SADC	167,588	2,962

Fonte: Estados-Membros da SADC, OMS

A alimentação adequada de bebés e crianças pequenas é multidimensional e influenciada por factores como a qualidade alimentar, o tempo das mães, o nível de educação das mães, e as normas culturais. Os resultados da dieta mínima aceitável (MAD) - uma medida da qualidade da dieta das crianças pequenas - é muito baixa, com a maioria dos Estados-Membros a ter MAD inferior a 15%, com intervalos de 5.9% em Comores a 38% em Eswatini (ver **Figura 3**).

Factores contribuidores

COVID-19 e confinamento associado

A COVID-19 foi declarada uma pandemia global pela Organização Mundial de Saúde (WHO) a 11 de Março de 2020. A SADC registou o seu primeiro caso de COVID-19 no início de Março, e o surto continua a evoluir com o aumento de casos e mortes associadas, embora com taxas decrescentes de casos fatais. A partir de 1 de Julho de 2020, foi registado um total de 167,588 casos e 2,962 mortes, o que dá uma taxa de fatalidade (CFR) de 1.8.

A SADC reconhece que os efeitos da pandemia da COVID-19 atravessam muitas esferas socio-económicas, resultando em desafios diversos e complexos e impactos devastadores. Os impactos sócio-económicos da COVID-19 na SADC pode ser sem precedentes devido a limitações de recursos, e a insuficiências nos sistemas de saúde em muitos dos Estados-Membros. O impacto imediato esperado tem sido o aumento da despesa não planeada com a saúde pública. A ruptura das cadeias de abastecimento e os choques do lado da procura estão também a afectar significativamente os preços das mercadorias e resultam em taxas de câmbio estrangeiras fracas, enquanto que o encerramento de escolas terá impacto nos estudantes e jovens da região. O turismo está paralisado.

Tanto os confinamentos nacionais como os parciais pesarão também fortemente nas despesas de consumo. Como resultado da pandemia da COVID-19, a economia global está projectada pelo Fundo Monetário Internacional (IMF) para se contrair acentuadamente em 4.9% em 2020, muito pior do que durante a crise financeira de 2008-09. Espera-se que a economia da África do Sul, a potência da região, contraia em 8%, após uma contracção de 1.4% e 0.8% no quarto e terceiro trimestres de 2019, respectivamente.

Além disso, as incertezas relativas à COVID-19 e à eficácia das políticas públicas destinadas a reduzir a sua propagação estão a alimentar a volatilidade do mercado. O IMF projectou uma recuperação parcial em 2021, mas o nível de crescimento permanecerá abaixo da tendência do pré-vírus, com uma incerteza considerável sobre a força da recuperação. No entanto, talvez sejam possíveis piores resultados de crescimento se a pandemia e as medidas de contenção durarem mais tempo. É provável que as economias emergentes e em desenvolvimento sejam severamente atingidas se os confinamentos e o desemprego se prolongarem.

A segurança alimentar e nutricional das crianças em idade escolar tem sido particularmente afectada. A perturbação e encerramento de escolas e

programas de refeições escolares na região devido à COVID-19 terá um impacto negativo sobre uma série de direitos humanos, incluindo o direito a serviços alimentares e nutricionais adequados às crianças. De acordo com o Relatório de Monitorização Global sobre Refeições Escolares do WFP, estima-se que 20,5 milhões de crianças em idade escolar da SADC não terão acesso a serviços regulares de saúde e nutrição escolares devido ao encerramento de escolas.

Outras questões de saúde

Ebola

Em 2019, o surto de Ébola na República Democrática do Congo (RDC) foi declarado uma emergência de saúde pública de preocupação internacional pela Organização Mundial de Saúde (WHO), que apelou a maiores esforços para combater a doença. O Governo da RDC declarou um novo surto de doença do vírus Ebola (EVD) a 31 de Maio de 2020 em Mbandaka, na província de Équateur, no noroeste do país. Este é o 11º surto de EVD na RDC e, a 14 de Junho de 2020, havia 14 casos confirmados e 11 mortes. O surto começou numa altura em que os peritos estavam prestes a declarar o fim do 10º surto de EVD, que começou em Agosto de 2018 nas províncias do Kivu Norte e Ituri e infectou mais de 3,400 pessoas e ceifou mais de 2,200 vidas. O surto também ressurgiu quando o governo está a intensificar os esforços em resposta à crise da COVID-19.

A epidemia de Ébola na RDC evoluiu num ambiente extremamente complexo, marcado por sistemas de saúde fracos; surtos de doenças como o sarampo e a cólera; fracas infra-estruturas limitando a acessibilidade; instabilidade política; resistência comunitária; e conflitos contínuos e deslocamentos populacionais. É cada vez mais evidente que o impacto do Ébola vai muito além da saúde, em termos de morbilidade e mortalidade, e que tem um impacto directo na subsistência e segurança alimentar de comunidades já de si vulneráveis que enfrentam outros desafios socio-económicos.

Sarampo e Polio

Vários países da região da África Austral, incluindo Angola, Comores e Madagáscar, comunicaram surtos de sarampo em 2019, com Moçambique e Angola a comunicarem casos em 2020.

Cólera

A doença tornou-se endémica em múltiplos países, particularmente Angola, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué, com mais de metade de todos os casos (61.4%) ocorrendo em Moçambique em 2019, após o ciclone. Em Janeiro de 2020, o Malawi comunicou três casos de cólera em Blantyre e não comunicou casos adicionais desde então.

Malária

Angola, Moçambique e Zâmbia têm vindo a relatar um número muito elevado de casos de malária e mortes nos últimos dois anos. Em 2020, o Zimbabué comunicou um surto de malária, com 236,865 casos e 226 mortes até 26 de Abril. Compare-se com 2019, quando foram notificados 137,843 casos e 137 mortes; e 2018, quando foram notificados 120,758 casos e 109 mortes.

HIV/SIDA e Tuberculose

A SADC continua a ser o epicentro da epidemia do HIV. Nos últimos 10 anos, a região tem feito progressos significativos: As novas infecções pelo HIV foram reduzidas em um terço, as mortes relacionadas com a SIDA foram reduzidas para metade enquanto um Estado-Membro, a Namíbia, atingiu o objectivo 90-90-90 para testes, tratamento e supressão viral. Vários outros estão à beira de atingir este marco crucial no caminho para pôr fim à epidemia na região. No entanto, persistem lacunas críticas, incluindo serviços de prevenção (especialmente para raparigas adolescentes e mulheres jovens entre os 15-24 anos), cobertura de serviços para populações chave e vulneráveis, testes de HIV, tratamento e supressão viral entre crianças e adolescentes, e retenção de pares de mães e bebés na prevenção de programas de transmissão mãe-filho ao longo da gravidez e do período de amamentação. Na região da SADC, cerca de 6 milhões de pessoas que vivem com o HIV ainda não

estão a receber tratamento e aproximadamente 5,000 novas infecções por HIV ocorrem todas as semanas entre raparigas adolescentes e mulheres jovens.

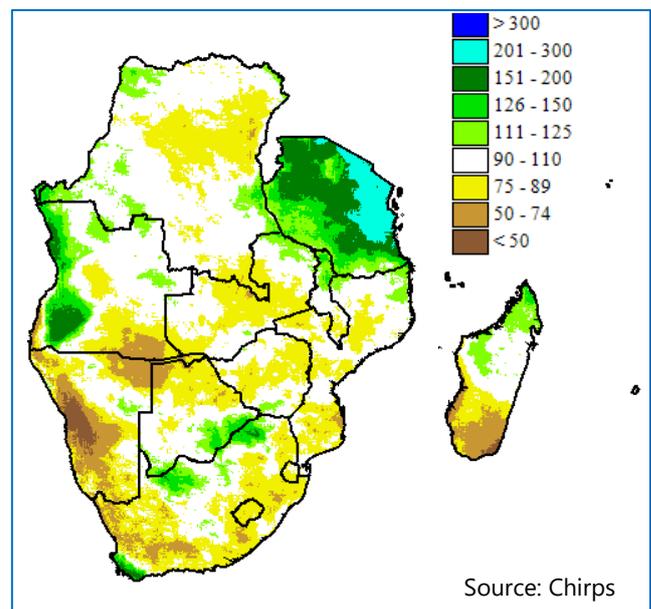
A insegurança alimentar tem um efeito directo e indirecto no HIV e na tuberculose (TB). As pessoas provenientes de famílias com insegurança alimentar têm mais probabilidades de se envolverem em comportamentos de risco relacionados com o HIV, tais como sexo transaccional, o que aumenta o seu risco de HIV. As pessoas que vivem com HIV (PLHIV) provenientes de famílias com insegurança alimentar têm menos probabilidades de aderir ao tratamento e correm um risco acrescido de progressão da doença, infecção por tuberculose, malnutrição e outras infecções oportunistas.

A África Austral tem o maior fardo de pessoas que vivem com o HIV, com 17 milhões, o que pode acentuar os impactos da pandemia da COVID-19 na saúde. Para os países que já enfrentam elevados níveis de pobreza e insegurança alimentar na região, o surto da COVID-19 pode ser difícil de controlar e potencialmente exacerbar as questões existentes. Com os recentes confinamento adoptados e implementados por muitos Estados-Membros para reduzir a propagação da COVID-19, há impactos negativos nas situações socio-económicas dos mais vulneráveis. O aumento da pobreza devido aos confinamentos e à falta de actividade económica irá exacerbar ainda mais o ciclo de insegurança alimentar e HIV. A interacção entre o HIV e a COVID-19 ainda não é bem compreendida, mas é provável que a pandemia da COVID-19 tenha efeitos negativos directos e indirectos nas pessoas que vivem com HIV. É possível que as pessoas que vivem com o HIV, especialmente as não tratadas, possam estar em risco de sintomas mais graves da COVID-19, mas esta evidência ainda está a emergir. Os confinamentos e o medo estão a levar a uma diminuição da utilização dos serviços em todos os estados membros, incluindo para os serviços de HIV e medicação anti-retroviral.

Alterações climáticas e variabilidade

Designado pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas como um "hotspot" climático, a África Austral é propensa a choques climáticos extremos recorrentes e tem sofrido precipitações normais em apenas uma das últimas cinco épocas de cultivo. Padrões de precipitação invulgares com um fraco início de estação, longos períodos de seca e cessação prematura caracterizam cada vez mais a região.

Figura 4: Pluviosidade em % média, Out 19-Mar 20



Os choques e perigos induzidos pelo clima estão ligados à redução da produção agrícola, deslocação de pessoas, danos em casas e infra-estruturas críticas e surtos de doenças tais como a malária e a cólera.

A região sofreu precipitações normais em apenas uma das últimas cinco épocas de cultivo. Em 2019, os repetidos choques climáticos extremos resultaram na maior insegurança alimentar aguda da última década.

As manifestações mais pronunciadas de alterações climáticas e variabilidade na região incluem:

- Um aumento da temperatura, levando ao aumento da tensão térmica e à redução dos

rendimentos das culturas. (A cultura de base da região - milho - é particularmente propensa aos efeitos das alterações climáticas);

- b) Alterações nos padrões de precipitação: chuvas cada vez mais irregulares de alta intensidade, levando a inundações e a secas e períodos de seca mais frequentes;
- c) Um início atrasado da estação das chuvas e uma diminuição precoce atenuada, reduzindo assim o período de crescimento das culturas.
- d) A variabilidade e as alterações climáticas, associadas a alterações induzidas pelo homem, podem também afectar ecossistemas, por exemplo, mangues e recifes de coral, com consequências adicionais para a pesca e o turismo.
- e) A saúde humana, já comprometida por uma série de factores, pode ser ainda mais afectada negativamente pelas alterações climáticas e pela variabilidade climática, por exemplo, a malária na África Austral.

Embora as alterações climáticas tenham um grande impacto nos sectores económicos da região, é provável que haja algumas oportunidades de crescimento devido a mudanças nas estações e ciclos de produção. A necessidade de responder às alterações climáticas é também uma oportunidade para impulsionar a transformação económica na região: desenvolvimento resistente ao clima e com baixo teor de carbono que impulsiona o crescimento, colmata o défice energético e reduz a pobreza. O investimento na utilização sustentável da terra através de uma agricultura inteligente em termos climáticos pode inverter um ciclo vicioso, aumentando os rendimentos dos pequenos agricultores, reduzindo a vulnerabilidade e reforçando a segurança alimentar nacional, bem como reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa.

As alterações climáticas dão maior urgência a políticas sólidas e estimulantes do crescimento, independentemente da ameaça climática. As estratégias de crescimento verde podem acelerar o investimento em tecnologias eficientes em termos

de recursos e novas indústrias, ao mesmo tempo que gerem os custos e riscos para os contribuintes, empresas e comunidades. A transição para o crescimento verde protege os meios de subsistência; melhora a água, a energia e segurança alimentar; promove a utilização sustentável dos recursos naturais; e estimula a inovação, a criação de emprego e o desenvolvimento económico.

Os países da África Austral precisam de expandir enormemente a produção de energia para alcançar o acesso universal à energia - mas podem fazê-lo através de misturas energéticas apropriadas que permitirão à região iluminar e alimentar as suas cidades, zonas rurais e economias. A África Austral tem um enorme potencial para energias renováveis - energia hídrica, solar, eólica e geotérmica.

Seca

O início da estação das chuvas foi tardio e errático na maior parte da região, particularmente na metade sul. O período de Outubro a Dezembro de 2019 foi um dos mais secos desde 1981 nas zonas centro e sul. Este início errático levou a uma área plantada abaixo da média, fraca germinação, e a uma murchidão precoce nas zonas centro e sul da região. As chuvas de plantio em Novembro foram seguidas de uma seca de 3 semanas durante o período de Dezembro-Janeiro em grande parte do sul e centro de Moçambique, e no Zimbabué, levando a uma maior murchidão das culturas. O Lesoto teve um início de chuvas muito tardio, resultando numa área cultivada abaixo da média, e o sul de Madagáscar experimentou períodos prolongados de baixa pluviosidade, resultando na murchidão das culturas e em condições de seca.

Depois de chuvas favoráveis terem caído na maior parte da região durante grande parte do mês de Fevereiro, ocorreu um período de seca que culminou numa cessação antecipada das chuvas em toda a parte central e oriental da região. De finais de Fevereiro a Abril, pouca ou nenhuma chuva foi recebida na maior parte do centro e leste do Botswana, sul de Madagáscar, sul do Malawi, sul e centro de Moçambique, norte da África do Sul, sul e centro da Zâmbia, e a maior parte do Zimbabué.

As condições secas foram acompanhadas de temperaturas elevadas, particularmente mais tarde, em Março. As culturas plantadas tardiamente foram as mais afectadas, enquanto algumas culturas plantadas precocemente terão atingido a maturidade antes que as condições secas se instalem, resultando em rendimentos moderados.

Apesar da precipitação desfavorável que afectou muitas partes da região nesta estação, algumas áreas também registaram uma boa precipitação favorável ao desenvolvimento das culturas. Estas incluem algumas partes do norte e centro do Malawi, da África do Sul central, e grande parte da Zâmbia.

Cheias e ciclónes

Várias áreas foram afectadas por chuvas excessivas e inundações entre Dezembro e Março, incluindo partes de Angola, RDC, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia. Algumas das inundações resultaram em perda de vidas, deslocação de populações, destruição de infra-estruturas e lavagem de culturas. No norte da RDC, mais de 50% das colheitas foram perdidas devido a inundações em algumas áreas, e a extensão das inundações resultou numa produção abaixo da média em algumas zonas do nordeste do país. Em Dezembro de 2019, o ciclone tropical Belna afectou negativamente o oeste de Madagáscar, enquanto que o ciclone tropical Herold afectou mais de 3,000 pessoas no nordeste de Madagáscar em Março. O Ciclone Tropical Calvinia também causou algumas inundações de culturas nas Maurícias no final de Dezembro. Embora destrutiva nas áreas afectadas pelas cheias, a elevada precipitação foi geralmente benéfica para as colheitas nas áreas circundantes.

Produção de alimentos e meios de subsistências

Produção de cereais

O milho é responsável por 80% da produção de cereais na África Austral. Outros cereais importantes são o trigo, sorgo, painço e arroz. Seis produtores de cereais básicos (África do Sul, Tanzânia, Malawi, Madagáscar, Zâmbia e RDC) contribuíram para

cerca de 90% das colheitas anuais durante a última década. Com apenas 7% das terras cultivadas irrigadas, a maioria dos agricultores da África Austral são pequenos agricultores que cultivam menos de 5 ha e são totalmente dependentes do cultivo alimentado pela chuva.

Este ano, a produção de culturas foi afectada pelo início tardio das chuvas, períodos de seca prolongados, chuvas fortes e esporádicas, bem como surtos de pragas. Apesar destes factores, a região deverá assistir a um aumento anual da produção de milho de pelo menos 8% na campanha de comercialização de 2020/21. O maior aumento é esperado na Namíbia, estimado em 180% da tonelagem de 2019 e 33% acima da média de 5 anos. A Zâmbia segue-se com um aumento projectado de 69%, e a África do Sul espera um aumento de 38%. Esta é a segunda maior colheita recorde para a África do Sul, que produziu mais de 30% da colheita anual de cereais de base da região nos últimos 10 anos.

Uma seca severa levou o Zimbabué a produzir 1.060 milhões de toneladas em 2020 em comparação com os 2.443 milhões de toneladas do ano passado.

O impacto da pandemia da COVID-19 nas cadeias de abastecimento alimentar teve efeitos de arrastamento limitados na produção de alimentos. A região produziu cereais suficientes para consumo interno. No entanto, o confinamento afectou gravemente a capacidade de acesso aos alimentos por parte das famílias pobres. Os Estados-Membros implementaram várias medidas de resposta para apoiar as necessidades básicas de consumo dos agregados familiares e para assegurar que não haja colapso nos fornecimentos.

As pragas e doenças das culturas continuam a ser os principais desafios na região da SADC. As chuvas tardias e as altas temperaturas da época agrícola de 2019/20 criaram um ambiente para o florescimento de pragas e de surtos de doenças. A estação foi atingida pelo gafanhoto africano migratório no sul de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué. Sabe-se que a praga é difícil de controlar devido à

sua alta mobilidade. Outras pragas migratórias que continuam a ser um fardo para a região incluem o lagarto do cartucho africano e as aves quelea.

A doença da necrose letal do milho (MLND) foi notificada e confinada em dois Estados-Membros (RDC e República Unida da Tanzânia), com controlos sobre a circulação e produção de sementes das áreas afectadas para minimizar a propagação da doença.

Os governos dos Estados-Membros estão continuamente a investir na vigilância e monitorização para minimizar a propagação da doença; a investir em equipamento, bem como em pesticidas para o controlo dos surtos de pragas; e a sensibilizar os agricultores para a promoção de medidas de controlo adequadas. A implementação do Sistema Harmonizado de Regulamentação de Sementes da SADC a este respeito é fundamental para todos os Estados-Membros, uma vez que se destina a ajudar e reduzir a propagação da doença através do comércio e circulação de sementes.

A produção de legumes, da qual a maioria dos pequenos agricultores agrícolas depende para o seu rendimento, foi afectada pelo mineiro de folhas de tomate (*Tuta absoluta*). Propagou-se a todos os Estados-Membros, embora contida nesta estação. A doença do Maior Virus do Cacho de Banana está actualmente a afectar sete Estados Membros (Angola, RDC, Malawi, Moçambique, Tanzânia, África do Sul e Zâmbia), e está a ser gerida através da regulação de materiais de propagação e plântulas.

Produção pecuária

A criação de animais é uma componente importante dos sistemas de criação, e consiste principalmente em bovinos, caprinos e aves de capoeira. É um caminho chave e resiliente para muitos agregados familiares agrícolas. Em áreas onde a produção agrícola é marginal, a criação de gado é frequentemente dominante, principalmente em regime de pastagem livre. No Botswana, Eswatini, Namíbia e África do Sul, a indústria

pecuária é um contribuinte fundamental para o produto interno bruto.

Foram observados progressos significativos no controlo e gestão das doenças animais transfronteiriças em todos os Estados-Membros. Apesar dos progressos, a região tem vindo a experimentar a introdução de novos serótipos de febre aftosa (FMD), mantidos nas populações de búfalos africanos. Os agricultores em algumas áreas afectadas pela seca não podem vender o seu gado devido a restrições de circulação; e os sistemas de produção intensiva, tais como centrais leiteiras, leitarias e estabelecimentos de criação de gado, têm sido devastados. Esta é uma ameaça potencial para o gado na região, particularmente para os pequenos animais, que são principalmente propriedade de mulheres e famílias pobres. Continua a existir a necessidade de aumentar a vigilância e de os países se empenharem em colaborações transfronteiriças com os Estados-Membros afectados.

Pescas e aquacultura

Em muitos países, o peixe é a única fonte acessível de proteínas animais dietéticas, e portanto de grande importância para a segurança alimentar e nutricional. Além disso, o peixe contribui para a geração de rendimentos, aumentando a capacidade das famílias para comprar alimentos e proporcionando uma fonte de emprego, particularmente para as mulheres, que participam em actividades de pesca e pós-colheita.

Para apoiar as necessidades futuras, a pesca de captura terá de ser sustentada e, sempre que possível, melhorada; e a aquacultura desenvolveu-se rapidamente, para aumentar em média anual mais de 8.3% até 2026, em conformidade com a Estratégia e Plano de Acção Regional de Aquacultura da SADC.

A COVID-19 mudou as exigências dos consumidores, o acesso ao mercado e causou problemas logísticos relacionados com o transporte e restrições fronteiriças. Isto já está a ter efeitos prejudiciais para os pescadores e para a subsistência dos piscicultores, bem como para a

segurança alimentar e nutrição das populações que dependem fortemente do peixe para proteínas animais e micronutrientes essenciais. As medidas a tomar são as destinadas a apoiar as cadeias de abastecimento para assegurar que os fluxos comerciais continuem a ser tão livres quanto possível, em conformidade com a Área de Comércio Livre da SADC estabelecida ao abrigo do Protocolo sobre o Comércio (1996), tal como emendado em 2010.

Mercados e performance de preços de produtos básicos

Os preços dos produtos básicos normalmente diminuem de Abril a Agosto, uma vez que a maioria dos lares estará a consumir a partir da própria produção. Contudo, para a maioria das áreas de produção de produtos básicos na região, estes preços começam a aumentar constantemente a partir de Setembro, quando as famílias esgotam os produtos básicos produzidos por elas próprias e aumentam a dependência das compras no mercado.

O ano de consumo 2020-21 apresenta uma situação atípica devido a alguns factores, nomeadamente:

- produção muito pobre em algumas áreas, incluindo as partes do sul do Zimbabué, Madagáscar, Moçambique, e a maior parte do Botswana e Namíbia.
- os impactos da COVID-19 afectando o movimento precoce de mercadorias das áreas de origem para os mercados primários e secundários.

Em resultado dos factores acima mencionados, os preços dos alimentos básicos têm mostrado tendências mistas em toda a região. Os preços dos cereais de milho começam a diminuir sazonalmente à medida que as colheitas chegam aos mercados em algumas zonas da região. Por exemplo, em alguns mercados em Moçambique e Malawi, os preços diminuíram entre Abril e Maio até 55% e 41% respectivamente, mantendo-se acima da média. Na RDC e em Madagáscar, as medidas de confinamento resultaram em aumentos imediatos dos preços dos alimentos básicos devido à escassez da oferta. Contudo, à medida que o abastecimento

se tornou firme, os preços dos produtos alimentares de base começaram a diminuir. No Zimbabué, à medida que a economia continua a deteriorar-se, os preços dos alimentos básicos continuam a aumentar para níveis muito elevados.

Espera-se que os mercados funcionem a níveis variáveis. Com os desafios da COVID-19 (especialmente em Março e Abril), os mercados que dependem da África do Sul, incluindo os do Zimbabué e de Moçambique, foram afectados por restrições fronteiriças. À medida que os fornecimentos nestes mercados diminuíram, os preços aumentaram. Foram observadas tendências semelhantes na maioria dos mercados rurais para países que instituíram confinamentos, incluindo Madagáscar, Namíbia e Botswana. A circulação de produtos alimentares, embora permitida nestes países, foi restringida, o que resultou em escassez em alguns mercados rurais e secundários, provocando aumentos de preços.

Para a maioria dos mercados entre agora e Setembro, espera-se que o abastecimento seja estável devido aos impactos da colheita actual em toda a região. Isto inclui aqueles em áreas onde a colheita foi fraca, uma vez que existem expectativas de movimentos de abastecimento a partir de áreas excedentárias. De Outubro a Dezembro, espera-se que os abastecimentos básicos em áreas afectadas por um fraco desempenho pluviométrico reduzam significativamente, mas continuarão a ser adequados. Como o abastecimento será restrito, esperam-se aumentos significativos de preços nestas áreas. É provável que os abastecimentos sejam muito escassos entre Janeiro e Março, espera-se que o pico da estação baixa e os preços atinjam também o seu nível mais elevado durante este período.

Desafios económicos

As perspectivas económicas na África Austral mudaram drasticamente desde o Relatório de Síntese de 2019, devido à propagação da COVID-19. Mesmo antes da emergência sanitária da COVID-19, as perspectivas de crescimento limitado da região não iriam ser suficientes para ter um impacto sério nos níveis de pobreza. O progresso lento na principal economia da região - a África do

Relatório de Síntese da SADC RVAA 2020

Sul - juntamente com os preços instáveis dos produtos de base. A seca regional e os choques climáticos, bem como o aumento da dívida pública, já tinham conduzido a um ambiente económico fraco. A chegada da COVID-19 exacerbou estas dificuldades e, a partir de Junho de 2020, as economias da África Austral enfrentavam um declínio precipitado do crescimento que poderia desfazer os ganhos de desenvolvimento dos últimos anos. A Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) estimou que até 29 milhões de africanos serão empurrados para baixo do limiar da pobreza extrema de \$1.90 por dia devido ao impacto da COVID-19.

Prevê-se que o crescimento global desça 4.9% em 2020, de acordo com as Perspectivas Económicas Mundiais do IMF (Junho de 2020) - uma diminuição de 8.2% em relação às previsões de Janeiro de 2020.

Globalmente, espera-se que as economias da África Subsaariana se contraiam 3.2% em 2020 antes de voltarem a um crescimento positivo de 3.4% em 2021. Prevê-se que a região da África Austral se torne pior do que outras partes de África - principalmente porque se prevê que a economia sul-africana diminua em 8% em 2020. Em Março, a África do Sul, com o maior número de casos positivos de COVID-19 em África, introduziu medidas rigorosas de contenção que colocaram a economia do país sob grande tensão.

Com a duração da pandemia desconhecida, as previsões de crescimento em 2021 são incertas. Na África do Sul, prevê-se que o crescimento se reforce para 3.5%. A economia angolana, a segunda maior da região, deverá contrair-se 2.5% em 2020 e depois crescer 1.4% em 2021, enquanto que Moçambique deverá ver uma diminuição de 0.5% em 2020, seguida de um crescimento positivo de 2.9% em 2021.

O colapso da actividade económica resultante dos esforços para conter a COVID-19 aumentará os níveis de desemprego e terá um efeito adverso sobre as famílias de baixos rendimentos em particular. O encerramento das fronteiras paralisou

a indústria do turismo em vários países da SADC, enquanto muitas empresas, incluindo algumas minas, permaneceram encerradas devido aos regulamentos de confinamento.

Para além do agravamento das crises de saúde, as previsões de receitas dos governos têm sido fortemente reduzidas. Vários países estão a acumular níveis sem precedentes de dívida pública e défices fiscais. Os governos regionais têm sido forçados a procurar a assistência de mutuantes internacionais com a África do Sul, dizendo que precisavam de pedir emprestados 7 mil milhões de USD a instituições multilaterais.

Os governos de toda a região responderam com uma série de medidas para mitigar o impacto da COVID-19 e proteger os cidadãos dos seus efeitos económicos. Estas incluíram despesas adicionais em respostas de saúde, subsídios de emergência ao rendimento, subsídios salariais e adiamento do pagamento de impostos. Mas tais medidas, incluindo a implementação da ajuda alimentar, têm sido condicionadas pela necessidade de colocar controlos sobre os níveis da dívida e do défice.

O Zimbabué está a enfrentar uma crise económica e humanitária combinada. Uma economia em contracção, uma inflação galopante e impactos climáticos deixaram o país a enfrentar a sua pior crise económica em mais de uma década e a procurar urgentemente ajuda internacional.

À medida que as economias da região se entrelaçam sob a pressão da COVID-19, espera-se que as taxas de desemprego disparem. Em Junho, a África do Sul anunciou que a sua taxa de desemprego tinha atingido os 30%, com 350,000 pessoas a perderem os seus empregos devido à pandemia. A Namíbia viu grandes empresas estabelecidas anunciarem uma série de reduções - com milhares de pessoas a perderem o seu meio de subsistência. Com os jovens a constituir a maioria da força de trabalho da região, é inevitável que sejam os mais duramente atingidos pela contínua perda de postos de trabalho.

Há esperanças de que a pandemia atinja o seu auge na região até Setembro, com um melhor desempenho económico possível no último trimestre, mas qualquer recuperação sustentada demorará vários anos.

Conflito

Os focos de conflito e instabilidade política em alguns Estados-Membros da SADC estão a agravar os frequentes choques climáticos, a pobreza profundamente enraizada e a desigualdade económica para gerar crescentes necessidades humanitárias.

A insegurança em Cabo Delgado, uma situação que tem vindo a evoluir desde Outubro de 2017, aumentou significativamente em finais de 2019 e até 2020, forçando mais de 211,000 pessoas a abandonar as suas casas e destruindo vidas e meios de subsistência de centenas de milhares. A situação inclui graves violações dos direitos humanos.

Na República Democrática do Congo, o conflito crónico entre grupos armados não estatais e as forças de segurança congolenses continua a afectar a população já vulnerável, tendo um impacto devastador na capacidade de acesso à alimentação da população. Além disso, uma mistura complicada ligada a questões de ocupação territorial e acesso a serviços sociais básicos leva à comunidade em várias regiões, com as províncias do Kasais, Kivu Norte, Kivu Sul e Tanganica a apresentarem uma deterioração significativa desde 2019. Os confrontos nas províncias do Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri deslocaram cerca de 220,000 pessoas entre Outubro de 2019 e Janeiro de 2020. Mais de 5.5 milhões estão deslocados internamente, quase 1 milhão deixaram o país como refugiados.

A ameaça da COVID-19 só pode agravar estas situações de conflito.

Água, saneamento e higiene (WASH)

Acesso a água potável segura

Actualmente, mais de 100 milhões (40%) de pessoas da África Austral não tem acesso a água potável segura. Apenas um país (Botswana) está no

bom caminho para alcançar o serviço básico universal de água até 2030. Onze países estão a progredir lentamente e, ao ritmo actual de mudança, não conseguirão alcançar uma cobertura universal em 2030. Num país, o Zimbabué, a proporção de pessoas com acesso ao serviço básico de água diminuiu. Além disso, nem todas as fontes de água potável estão a salvo de contaminação, e os impactos relacionados com o clima sobre os recursos hídricos representam um risco acrescido para a segurança e protecção da água.

É necessário fazer mais esforços em mais investimentos no acesso ao serviço básico de água até 2030 e abordar a perda de acesso induzida pelo clima, assegurando simultaneamente que esta água seja gerida com segurança em toda a região da SADC.

Acesso ao saneamento melhorado

Mais de 155 milhões de pessoas (60%) na região da SADC não têm acesso a instalações sanitárias melhoradas. Todos os países da SADC estão a fazer progressos demasiado lentos para alcançar uma cobertura de saneamento básico universal até 2030. Em média, o número de pessoas a atingir por ano para alcançar o acesso universal ao saneamento básico até 2030 nos países da SADC está estimado em 1.085 milhões. Apenas três países apresentam uma cobertura de saneamento básico superior a 67% (África do Sul, Botswana e Maurícias) e a cobertura em seis países é inferior a 33%: Tanzânia, Moçambique, Malawi, Zâmbia, RDC e Madagáscar. O acesso ao saneamento em meio urbano é significativamente melhor do que nas zonas rurais. Contudo, devido ao crescimento da população que vive em aglomerados informais, a proporção de população urbana com acesso ao saneamento básico diminuiu em quatro países: Zâmbia, Zimbabué, Eswatini e Namíbia.

Apenas a África do Sul, Malawi e Eswatini estão no bom caminho para alcançar "nenhuma defecação ao ar livre" até 2030. A taxa anual de conversão de defecação ao ar livre em toda a região está estimada em 600,000 pessoas por ano. Os outros países estão a fazer progressos insuficientes para

impedir a defecação ao ar livre. Os progressos no acesso aos serviços de saneamento básico, bem como na eliminação da defecação ao ar livre, têm estagnado em muitos dos países da SADC.

Existe uma proporção muito elevada de instalações sanitárias em áreas urbanas, que precisam de ser tratadas e com populações elevadas, significa que os números a serem alcançados por ano são muito elevados. A população em movimento utilizando instalações não melhoradas, deve ser uma prioridade na escala de saneamento.

Acesso e prática de lavagem de mãos com sabão

Actualmente, mais de 250 milhões de pessoas nos países da SADC não têm instalações de lavagem de mãos com água e sabão em casa; e 2 em cada 5 pessoas nos países da SADC não têm qualquer instalação para lavagem de mãos. Mesmo em locais onde o acesso não é um problema, as pessoas não limpam as mãos quando deveriam. A higiene das mãos e o WASH não são apenas questões de saúde, mas tais serviços são direitos humanos e são fundamentais para melhorar a educação, a economia e os resultados do capital humano. O enfoque que esta pandemia veio dar quanto à higiene das mãos representa uma oportunidade para transformar radicalmente a nossa abordagem. Há uma necessidade maior de assegurar que produtos e serviços acessíveis estejam disponíveis quando necessários, e de incorporar, de forma mais ampla, uma cultura de higiene na nossa sociedade.

As más práticas de higiene são um dos principais contribuintes para várias doenças endémicas e epidémicas na África Austral. A região da SADC continua a relatar surtos recorrentes de cólera, surtos de febre tifóide e Hepatite E. Quatro países da região são considerados como tendo tracoma endémico. O investimento em higiene é essencial para gerir os actuais desafios apresentados nesta época da COVID-19 e espera-se que seja essencial na gestão a longo prazo de futuras pandemias. Além disso, o enfoque na higiene é essencial para a realização do Quadro de Acção Nutricional que o

secretariado da SADC foi mandatado para implementar.

A SADC está em vias de desenvolver uma Estratégia Regional de Higiene para ser uma ferramenta essencial para fornecer aos Estados-Membros a orientação necessária através da qual os actores possam implementar acções coordenadas que apoiem a mudança de comportamento higiénico na região.

WASH em instituições: estabelecimentos de saúde e escolas

A proporção de instalações de cuidados de saúde (HCF) com serviços limitados ou nulos no abastecimento de água, acesso ao saneamento e estações de lavagem das mãos, varia de 79% em Comores a 20% no Zimbabué antes da actual crise financeira. O Programa Conjunto de Monitorização da WHO/UNICEF mostra que apenas sete Estados-Membros da SADC tinham dados sobre WASH em HCF, e os dados estão incompletos. A maioria dos países teve uma má classificação e tinha muito menos de 50% das instalações básicas necessárias para a lavagem das mãos. Fornecer água, instalações sanitárias adequadas e higiene em casas e centros de saúde ajudaria a apoiar estes recém-nascidos a sobreviver e a prosperar. A sepsis e outras infecções devidas a condições não higiénicas são também uma das principais causas de mortes maternas evitáveis. O surto contínuo de COVID-19 associado a um risco acrescido de seca, inundações e outras doenças coloca uma tensão adicional nas instalações de cuidados de saúde. À luz dos desafios actuais e potenciais, há necessidade de explorar sistemas apropriados de energia renovável para iluminação apropriada e acesso a instalações sanitárias, consistência do bombeamento de água e fornecimento de energia para melhorar a prestação de serviços institucionais de WASH em centros de saúde e escolas, à medida que os países exploram opções para a reabertura de escolas.

Migração

A migração é uma questão complexa e multi-dimensional, que afecta todos os países da região. As pessoas escolhem migrar de uma área para

outra, quer internamente ou através de fronteiras internacionais, impulsionadas por diferentes factores de impulso. Estes incluem razões económicas, conflito, pobreza, fome, degradação ambiental, e choques climáticos. Tais factores contribuem para a circulação de pessoas, quer como trabalhadores migrantes, contrabandeados, ou pessoas traficadas, em busca de melhores oportunidades longe dos seus países de origem.

A segurança alimentar pode ser um factor determinante da migração, quer directamente, quando as pessoas não vêem outras opções viáveis para além da migração para escapar à fome; ou indirectamente, quando existe uma ameaça perceptível de incerteza de rendimentos e insegurança alimentar.

As pessoas afectadas por crises humanitárias anteriores à COVID-19, particularmente as deslocadas e/ou que vivem em campos e cenários semelhantes, continuam a enfrentar desafios e vulnerabilidades únicas em relação à pandemia COVID-19 em curso. Excluindo a enorme deslocação na RDC, a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) estima que a região está a acolher quase 1 milhão de refugiados e mais de 300,000 requerentes de asilo. De acordo com o Relatório Global sobre Deslocações Internas ([link](#)), as catástrofes e os conflitos deslocaram mais de 2.6 milhões de pessoas em 2019 (25% acima de 2018), e no final de 2019 mais de 6 milhões de pessoas ainda se encontravam em situação de deslocação na região.

De acordo com o Banco Mundial, os países da África Austral receberam, em 2019, uma quantia estimada em 7 mil milhões de dólares em remessas. As remessas enviadas pelos migrantes são uma fonte significativa de capital para a segurança alimentar e apoio aos meios de subsistência das famílias dependentes das remessas. Deixados sem oportunidades de subsistência devido às medidas de confinamento da COVID-19, a Organização Internacional para as Migrações (IOM) estima que cerca de 75,000 migrantes da África Austral regressaram a casa e os fluxos de retorno deverão continuar a aumentar nos próximos meses, aumentando a carga de insegurança alimentar dos países, dadas as vulnerabilidades e complexidades

socioeconómicas pré-existent na região. Muitos migrantes ficaram retidos em países de trânsito e de destino sem meios para regressar, ou incapazes de regressar devido a restrições de mobilidade relacionadas com a COVID-19.

O Conselho de Paz e Segurança da União Africana, em Abril de 2020, apelou aos intervenientes envolvidos na luta contra a COVID-19 para prestarem especial atenção aos refugiados e pessoas deslocadas internamente, incluindo a garantia de detecção precoce, testes e rastreio de contactos, bem como o fornecimento de necessidades básicas, tais como alimentos e água. Os refugiados e as pessoas deslocadas internamente são, por conseguinte, migrantes cujas necessidades alimentares exigem uma cuidadosa consideração ao longo deste tempo.

A SADC está a desenvolver um Quadro de Política Migratória Regional, que irá delinear a governação da migração na região e oferecer soluções políticas para os diferentes aspectos da migração, incluindo o nexo entre a migração e outros factores socioeconómicos como a segurança alimentar, a saúde, o trabalho e o emprego.

Género

A insegurança alimentar e nutricional na África Austral está directamente correlacionada com a desigualdade de género. As mulheres na região da SADC contribuem com mais de 60% para a produção total de alimentos, fornecem a maior força de trabalho no sector agrícola e em alguns Estados-Membros realizam mais de 70% do trabalho agrícola. No entanto, a maioria das mulheres que trabalham na agricultura recebem uma parte desproporcionalmente baixa do rendimento. Estima-se que a diferença salarial rural entre homens e mulheres nalguns Estados-Membros chegue a 60% e, nalguns casos, as mulheres não são remuneradas pelo seu trabalho agrícola em explorações familiares.

As mulheres desempenham um papel crucial em todos os pilares da segurança alimentar: disponibilidade, acesso e utilização. São geralmente responsáveis pela selecção e preparação de alimentos e pelos cuidados e alimentação das

crianças e são mais propensas do que os homens a gastar os seus rendimentos em alimentos e necessidades das crianças. Além disso, as normas discriminatórias de género - que privilegiam homens e rapazes - podem colocar mulheres e raparigas em risco de insegurança alimentar e desnutrição. As mulheres constituem a maior parte do trabalho informal e casual na região, e com menos recursos económicos do que os homens, as mulheres são menos capazes de comprar alimentos e outros artigos domésticos básicos.

O relatório da ONU Mulheres mostra que alguns países em todo o mundo, particularmente aqueles altamente afectados pela COVID-19, registaram um aumento de até 30% nos casos de violência doméstica relatados e um aumento de cerca de 33% nos pedidos de emergência de violência baseada no género (GBV), tendo as mulheres e raparigas sido relatadas como as vítimas destes actos. Com o confinamento e as medidas de permanência em casa, as mulheres que têm estado em relações abusivas são agora obrigadas a estar em casa por um período prolongado, o que dificulta a sua ajuda devido à presença de um parceiro abusivo em casa. O distanciamento social por si só dificulta às vítimas o acesso aos seus sistemas habituais de apoio, particularmente amigos, vizinhos e outros membros da família. Além disso, torna-se também cada vez mais claro que muitas das medidas consideradas necessárias para controlar a propagação da doença (por exemplo, restrição de movimentos, redução da interacção comunitária, encerramento de empresas e serviços, etc.) estão não só a aumentar os riscos e a violência relacionada com a violência contra mulheres e raparigas, mas também a limitar a capacidade das sobreviventes de se distanciarem dos seus agressores, bem como a reduzir a sua capacidade de aceder a apoio externo.

De acordo com o Índice de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável de 2019, a África Subsaariana tem uma pontuação média regional de 51.1 - a região com a pontuação mais baixa a nível mundial em termos de igualdade de género.

Embora as mulheres representem cerca de 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, as provas mostram que as mesmas mulheres não têm acesso equitativo aos activos produtivos e aos recursos em comparação com os homens. Dada a natureza transversal do género, no actual contexto de vulnerabilidade, as circunstâncias para as mulheres e raparigas pioraram, e as desigualdades de género existentes têm sido exacerbadas.

Conclusões

- a) De acordo com a informação actual recebida no fórum de divulgação anual, cerca de 44.8 milhões de pessoas, tanto nas zonas urbanas como rurais da África Austral, estão em insegurança alimentar.
- b) Numerosos factores contribuíram para a insegurança alimentar e nutricional, incluindo a COVID-19, alterações climáticas, conflitos e desafios económicos.
- c) O impacto total da COVID-19 e o confinamento da segurança alimentar e nutricional ainda não podem ser calculados, pois ainda estamos no meio da crise.
- d) Espera-se que o impacto económico da COVID-19 na SADC seja sério. É provável que as economias emergentes e em desenvolvimento a nível mundial sejam severamente atingidas se os confinamentos e o desemprego prolongado se mantiverem.

Recomendações

A curto prazo

- a) Sobre a COVID-19, o Conselho de Ministros da SADC insta os Estados-Membros a:
 - i) Considerar a adopção de uma abordagem de resposta regional através da partilha de informação sobre a COVID-19, e gerir conjuntamente a pandemia através de centros de resposta nacionais dedicados, e

Relatório de Síntese da SADC RVAA 2020

coordenação pelo Secretariado da SADC;

- ii) Conduzir projecções das necessidades de recursos humanos, fornecimentos e equipamento para permitir um melhor planeamento da resposta a epidemias e mobilização de recursos;
 - iii) Reforçar a colaboração na área da inovação, investigação e coordenação em questões relacionadas com a luta contra a COVID-19; e
 - iv) Implementar medidas fiscais e monetárias coordenadas e sincronizadas para mitigar o efeito da COVID-19 na estabilidade macroeconómica e financeira da região.
- b) Prestar assistência urgente às populações em insegurança alimentar e nutricional com transferências alimentares e/ou baseadas em dinheiro, assegurando a harmonização com os programas nacionais de protecção social que respondem ao choque.
- c) Ampliar os programas de redes de segurança, uma vez que desempenham um papel significativo na garantia da segurança alimentar e dos meios de subsistência, especialmente entre os mais pobres.
- d) Reforçar os mecanismos dos Estados-Membros que mitigam o impacto da COVID-19 de perturbar as cadeias de abastecimento alimentar e os meios de subsistência associados, minimizando a perturbação das operações agrícolas, permitindo o acesso a factores de produção, medicamentos veterinários de emergência crítica, bem como a mercados de produção por agregados familiares agricultores.
- e) Se as restrições de circulação e de recolha em massa persistirem devido à pandemia da COVID-19, os Estados-Membros são aconselhados a expandir as intervenções nutricionais de alto impacto que visam crianças menores de 5 anos, raparigas adolescentes, e

mulheres em idade reprodutiva. Isto pode ser conseguido através de:

- i) adopção de protocolos simplificados para a gestão da desnutrição aguda, incluindo a admissão e alta apenas do MUAC, redução da frequência de visitas de acompanhamento à unidade de saúde (maior ração para levar para casa de alimentos terapêuticos prontos a usar), e adopção do MUAC familiar para identificação de casos;
 - ii) expansão da cobertura de refeições escolares como rede de segurança para crianças e adolescentes em idade escolar. Isto proporcionará uma transferência indirecta de rendimentos para as famílias e comunidades para amortecer as consequências negativas económicas e de segurança alimentar da COVID-19. Quando a distribuição de refeições escolares no local não for viável, considerar o fornecimento de rações para levar para casa ou transferências baseadas em dinheiro.
- f) Soluções tecnológicas inovadoras, tais como aconselhamento e monitorização à distância, podem melhorar o acesso a cuidados nutricionais de qualidade, particularmente para os mais difíceis de alcançar e melhorar a disponibilidade de informação para o planeamento da resposta;
- g) Mobilizar as comunidades para melhorar o acesso aos serviços de testagem, prevenção e tratamento do HIV, e promover a adesão ao tratamento, inclusive para as populações migrantes.
- h) Em resposta à COVID-19, desenvolver e implementar uma estratégia regional sobre higiene e lavagem das mãos com sabão. Este trabalho deve não só centrar-se na comunicação dos riscos e no envolvimento da comunidade, mas também incluir o apoio ao fornecimento de infra-estruturas e produtos de lavagem das mãos até ao nível doméstico, incluindo o estímulo de cadeias de

fornecimento, a implementação de mecanismos fiscais tais como o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e outros mecanismos de protecção social.

- i) Os Estados-Membros devem prestar especial atenção aos casos crescentes de violência doméstica e de violência baseada no género durante a pandemia da COVID-19, assegurando, entre outros, que as mulheres e raparigas sejam protegidas de todas as formas de abuso. Abrigos, locais de segurança e linhas de ajuda para vítimas de abuso devem ser considerados um serviço essencial e permanecer abertos à utilização, devendo ser-lhes concedido o necessário apoio financeiro e de outra natureza. Além disso, os Estados-Membros devem incorporar perspectivas de género em todas as respostas à COVID-19 para assegurar que as acções durante e após a crise da COVID-19 visem a construção de economias e sociedades mais iguais, inclusivas e sustentáveis.
- j) Os Estados-Membros devem assegurar que as mulheres sejam incluídas na tomada de decisões nas respostas de emergência locais, nacionais e regionais; incluindo a recuperação social e económica para responder ao impacto da COVID-19 e mais além.
- k) Os Estados-Membros devem reforçar a implementação das Directrizes Regionais da SADC sobre Harmonização e Facilitação da circulação de bens e serviços essenciais através das fronteiras para assegurar a circulação sustentada de fornecimentos essenciais durante a pandemia da COVID-19.

A médio e longo prazo

- a) Fomentar a diversidade de culturas através da promoção de dietas diversificadas, incluindo alimentos indígenas. Isto inclui a diversificação de espécies na produção animal, especialmente pequenos ruminantes que se adaptam a condições climáticas adversas.
- b) Promover esquemas de irrigação comunitária e colheita de água da chuva e construir barragens para assegurar a produção agrícola durante todo o ano.
- c) Enfrentar os desafios relacionados com o mercado para os pequenos agricultores. A longo prazo, planear a expansão dos serviços sociais mais próximos da população.
- d) Dar prioridade ao apoio aos sistemas de informação nacionais de rotina para melhorar a monitorização dos dados de rotina dos programas a nível nacional e sub-nacional, para poder comparar tendências ao longo dos anos, monitorizar o progresso dos programas e assegurar a disponibilidade de dados de alta qualidade durante situações de emergência (tais como a actual pandemia), bem como em tempos de não emergência.
- e) Desenvolver iniciativas de reforço da resiliência, incluindo a criação de emprego nas zonas rurais, incorporando tecnologias inteligentes em matéria de subsídios e agricultura de conservação.
- f) Melhorar a coordenação, harmonização e apoio ao planeamento da resposta, desenvolvimento de capacidades, monitorização e avaliação a nível subnacional, nacional e regional.
- g) Facilitar os compromissos entre países com excedentes e os afectados pela seca para a priorização da disponibilidade alimentar entre os Estados-Membros da UE em termos de importação/exportação.
- h) Abordar a segurança, qualidade e segurança da água. Aqui, o trabalho seria reforçar e acelerar o fim da defecação ao ar livre e uma mudança para serviços de saneamento e água geridos com segurança, resultando na melhoria global da qualidade da água fornecida às comunidades e um impacto positivo nos resultados nutricionais na região.
- i) Desenvolver políticas e programas para abordar as vulnerabilidades sociais e económicas como abordagens inclusivas contribuirá para a protecção e promoção dos direitos de todos (no contexto da migração), acesso à alimentação e saúde, e o bem-estar geral dos cidadãos.

Resumo dos países

Angola

Os principais choques actualmente sentidos incluem:

- A seca que afecta as províncias do sul;
- Aumentos dos preços dos serviços e dos produtos;
- Aumento das taxas de desnutrição;
- Migração urbano-rural, particularmente da juventude;
- Os efeitos da pandemia da COVID-19 e do confinamento dos sistemas financeiros, de produção e de segurança alimentar.

Avaliações anteriores indicam que, entre Outubro de 2019 e Fevereiro de 2020, cerca de 562,000 pessoas estiveram no IPC 3 ou superior nas províncias meridionais do Cunene, Huila e Namibe. Segundo as imagens de satélite, cerca de 1.7 milhões de pessoas foram expostas à seca/falta de chuva em Angola, das quais 1 milhão pode ter registado insegurança alimentar durante o período de 2020/2021. Estas projecções terão ainda de ser verificadas através de avaliações de campo. Os impactos da COVID-19, agora e no futuro, ainda não podem ser quantificados.

Várias intervenções estão em curso e outras estão planeadas. Estas incluem respostas alimentares de emergência, o fornecimento e distribuição de alimentos terapêuticos prontos a usar em centros de saúde, e a distribuição de sementes de culturas alimentares nutritivas e a formação de agricultores para reduzir a sua vulnerabilidade.

Botswana

A avaliação foi concluída e será partilhada uma vez aprovada. As avaliações foram conduzidas a nível distrital e verificadas e sintetizadas a nível nacional.

República Democrática do Congo

O estado da segurança alimentar na RDC continua a ser preocupante. A insegurança alimentar crónica

está a aumentar e correlacionada com a desnutrição e os choques que perturbam o acesso aos mercados alimentares. De acordo com a Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada (IPC), cerca de 13 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar aguda e seriam classificadas em fase de crise alimentar e meios de subsistência agudos. Um inquérito de bem-estar básico mostrou que cerca de 1 em cada 2 agregados familiares na RDC é afectado pela insegurança alimentar, 1.4% dos quais são gravemente afectados. Cerca de 52% dos agregados familiares afectam mais de 65% das suas despesas mensais à compra de alimentos.

Para além dos constrangimentos agrícolas, o país enfrenta conflitos armados e catástrofes naturais (inundações) que causam movimentos populacionais principalmente na parte oriental do país (5 milhões de pessoas estão deslocadas internamente na RDC). Para além desta situação de segurança volátil, uma crise humanitária prolongada está a afectar a segurança alimentar, o estado nutricional, epidemias de sarampo, cólera e malária, para além da doença do vírus Ebola (EVD) e. Desde Março de 2020, a pandemia de coronavírus resultou em mais de 5,000 casos, cujo epicentro é a capital Kinshasa.

Eswatini

O impacto da COVID-19 tem sido sentido em todos os sectores económicos. A perda de emprego devido ao confinamento resultou na redução dos rendimentos, com impacto negativo na capacidade de compra de alimentos e insumos agrícolas por parte das famílias. O início tardio da estação das chuvas e dos períodos de seca em Novembro e Dezembro levou a um atraso no início da estação agrícola, com impacto negativo na produção alimentar. Os preços anormalmente elevados das mercadorias restringiram ainda mais o acesso aos alimentos e exacerbaram a já comprometida disponibilidade de alimentos na maioria das famílias pobres, aumentando ainda mais os seus níveis de pobreza.

Estima-se que 335,000 pessoas nas zonas rurais estão no IPC 3+, o que constitui 38% da população rural de Eswatini. A assistência deve continuar a ser prestada a agregados familiares vulneráveis. O acompanhamento regular dos meios de subsistência e dos sistemas de apoio será crucial, uma vez que o futuro permanece incerto.

Lesoto

Os principais choques e *stressores* sentidos incluem:

- Seca severa em Outubro/Novembro de 2019 - chuvas foram recebidas em Dezembro no final do período de plantio;
- Preços elevados dos alimentos;
- COVID-19 e o confinamento, que também causou a perda de postos de trabalho, aumentando o já elevado desemprego.
- Movimento restrito para indivíduos e empresários; especialmente de e para a África do Sul para aceder a algumas mercadorias.

Estão em curso várias intervenções de assistência. Contudo, é provável que as pessoas em insegurança alimentar aumentem ainda mais devido à diminuição de oportunidades de subsistência como remessas, perda de emprego, diminuição do rendimento das vendas de gado, bem como aumento dos preços das mercadorias. Prevê-se que os agregados familiares mais pobres empreguem estratégias de sobrevivência que não são aceitáveis se não forem tomadas medidas imediatas. Novos aumentos nos preços dos produtos alimentares agravarão a situação de insegurança alimentar de tal forma que as famílias poderão acabar por esgotar os seus meios de subsistência. Prevêem-se elevadas taxas de desnutrição devido à diminuição do acesso aos alimentos em resultado tanto do aumento dos preços dos alimentos como da perda das principais fontes de subsistência.

Madagáscar

A economia do país tem sido duramente atingida pelo confinamento da COVID-19. Algumas zonas do sul foram afectadas por chuvas leves, enquanto que o norte sofreu inundações. A análise virtual do

IPC foi realizada utilizando dados secundários, mas foram também recolhidos dados primários entre Fevereiro e Abril de 2020.

Madagáscar sofreu múltiplas crises, tais como secas, inundações e epidemias. O Sul de Madagáscar sofreu com as condições de seca, afectando significativamente as colheitas e perturbando as reservas alimentares e os meios de subsistência das famílias. Segundo a Capacidade de Risco Africana (ARC), em Abril de 2020, a seca afectou 1,468,717 pessoas nos 8 distritos do sul. De acordo com a actualização do IPC de Abril de 2020, entre Abril e Julho de 2020, 554,000 pessoas (24% da população nos distritos mais vulneráveis do sul) deverão encontrar-se em situações de "crise" e "emergência" (fase 3+ do IPC) de insegurança alimentar aguda. Os distritos de Ampanihy e Tsihombe são os mais afectados, prevendo-se que 25% das famílias se encontrem na fase 3 (crise) e 5% na fase 4 (emergência). E a situação continua a piorar depois de Setembro, devido à época de escassez.

Os resultados da análise da desnutrição aguda IPC em Madagáscar estimaram que 119,674 crianças entre os 6 e 59 meses de idade precisam de tratamento para a desnutrição aguda entre Fevereiro e Dezembro de 2020. Deste número, 16% necessitam de tratamento para a desnutrição aguda grave.

A situação nutricional deverá piorar nos seis distritos após Agosto devido à estação agrícola magra e aos efeitos prolongados da COVID-19, que levará o Distrito de Betioky à Fase 3 (crise) do IPC (Ambovombe), exigindo uma atenção especial e uma resposta urgente e direccionada.

Os distritos do norte foram devastados por um ciclone e por inundações. De Dezembro de 2019 a Fevereiro de 2020, fortes chuvas caíram no norte e nordeste da ilha, resultando no desaparecimento de 13 pessoas, 54 mortas, 140,281 pessoas afectadas e 29,954 deslocadas.

A vulnerabilidade de Madagáscar à propagação do vírus é extrema. Com uma população urbana de

cerca de 5 milhões de pessoas, das quais cerca de 77% vivem em povoados informais e mais de 60% não têm acesso a saneamento básico, o risco de transmissão comunitária da COVID-19 é muito elevado. Além disso, o fraco acesso aos cuidados de saúde, especialmente nas zonas rurais devido ao afastamento dos centros de saúde básicos, poderia prejudicar a capacidade do sistema de saúde pública de identificar, isolar e tratar rapidamente a COVID-19, o que é essencial para reduzir a transmissão comunitária.

O governo e os parceiros humanitários devem apoiar as famílias urbanas pobres, a população nas fases 3 (crise) e 4 (emergência) do IPC, para limitar os impactos da seca e da COVID-19, bem como aplicar medidas restritivas para conter a propagação da COVID-19, permitindo simultaneamente às famílias manter os seus meios de subsistência e o acesso aos alimentos.

Malawi

O Malawi está actualmente a sofrer um abrandamento da actividade económica devido aos impactos tanto domésticos como globais da pandemia da COVID-19. Apesar do Malawi receber chuvas acima do normal em todo o país. No entanto, a maioria dos distritos do sul sofreu uma cessação precoce das chuvas, que afectou as culturas plantadas tardiamente. Observou-se também a queda de vermes do exército e de vermes do exército africano.

Globalmente, a situação alimentar no país melhorou desde o ano passado, com a maioria dos distritos a ter menos de 3% dos agregados familiares que actualmente se encontram em situação de insegurança alimentar.

Os preços do milho básico são relativamente mais elevados do que no ano passado e espera-se que aumentem ainda mais à medida que o ano 2020 avance. A venda excessiva de cereais pelos agricultores a comerciantes privados como resultado de volumes atrasados/baixos adquiridos pela Corporação de Desenvolvimento e

Comercialização Agrícola do país (ADMARC) é susceptível de catalisar um aumento dos preços do milho mais cedo do que o previsto.

Os stocks de milho nas instituições nacionais de armazenagem de cereais - nomeadamente a ADMARC e a Agência Nacional de Reserva Alimentar (NFRA) - permanecem baixos, uma vez que as duas instituições quase esgotaram os seus stocks durante a última época de consumo. A ADMARC e a NFRA têm como objectivo comprar mais de 200.000 toneladas de milho até Agosto de 2020. Normalmente, a NFRA armazena mais de 260.000 toneladas como reservas estratégicas de cereais e para respostas humanitárias, enquanto a ADMARC vende normalmente cerca de 50.000 toneladas de milho num ano a preços subsidiados.

O mais recente inquérito de monitorização e avaliação de alívio e transição (SMART), realizado em Julho de 2019, mostra que a prevalência global nacional de desnutrição aguda global era baixa a 0.5%, o que se situa dentro dos níveis "aceitáveis" de acordo com a classificação da WHO. O impacto da COVID-19 pode reservar esta tendência.

Uma vez finalizado, o relatório MVAC VAA informará a resposta humanitária durante a época de consumo 2020/2021. Para proteger as pessoas vulneráveis do impacto da COVID-19, o Governo realizou transferências monetárias (quatro meses adiantados) para 291.235 famílias rurais, que receberam a K7.000 (USD 10) por mês de Março a Junho de 2020. Além disso, o Governo irá mais do que duplicar o valor da transferência para (USD 20) durante quatro meses, de Julho a Outubro de 2020.

O governo, através do financiamento do Banco Mundial, implementará também um programa de transferência de dinheiro para 185,000 famílias urbanas vulneráveis. O valor da transferência é de MK35,000 (USD 50) por mês durante 4 meses. Além disso, o governo aumentou o número de famílias a beneficiar de subsídios de um milhão para 3.5 milhões durante a época de produção de 2020/2021.

Maurícias

As Maurícias foram recentemente reclassificadas pelo Banco Mundial como um país de alto rendimento.

- As Maurícias continuam a ser um importador líquido de alimentos. Importa 77% das necessidades alimentares, expondo-o a pressões internacionais, tais como preços flutuantes de frete, flutuações cambiais e preocupações de abastecimento.
- Cerca de 40% das terras do país são utilizadas para o cultivo de culturas, das quais cerca de 90% são cana-de-açúcar, com as restantes terras plantadas com chá, tabaco e um pequeno número de culturas alimentares.
- Com as alterações climáticas, os padrões de pluviosidade mudaram, levando a períodos mais longos de estação seca e a enormes chuvas durante períodos curtos. Estes fenómenos climáticos extremos exercem maior pressão sobre o sector agrícola, exacerbando assim a insegurança alimentar nas Maurícias.
- A pandemia e o confinamento da COVID-19 levou à primeira recessão do país em 40 anos, principalmente devido à paragem do turismo, que representa 25% do produto interno bruto.
- Em resposta à pandemia da COVID-19, o governo das Maurícias anunciou uma série de medidas de promoção da auto-suficiência alimentar no seu orçamento para 2020/2021, divulgado a 8 de Junho de 2020:
- O início de um Programa Nacional de Desenvolvimento Agro-alimentar para promover o conceito do Campo para a Mesa;
- Será criado um Banco de Terras digital centralizado de terrenos agrícolas estatais e privados para funcionar como uma plataforma para fazer corresponder a procura e a oferta de terrenos que possam ser utilizados para a produção de alimentos;
- O Instituto de Investigação e Extensão Alimentar e Agrícola (FAREI) irá desenvolver as normas e padrões necessários para a produção,

armazenamento, transformação e comercialização de super-alimentos.

Moçambique

Cerca de 80% dos moçambicanos residem nas zonas rurais e dependem da agricultura, pecuária, caça, silvicultura e extracção de madeira - actividades frequentemente afectadas pelos efeitos das alterações climáticas (seca, chuvas irregulares, cheias, etc.) e infestações por pragas, bem como doenças das culturas e dos animais.

- A população residente em zonas urbanas e periurbanas depende de actividades comerciais informais, um sector duramente atingido pelo confinamento da COVID-19. A Secretaria Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique (SETSAN) não pôde realizar avaliações regulares em Fevereiro-Março devido ao confinamento da COVID-19. Em vez disso, foi realizado um estudo piloto sobre a situação de insegurança alimentar aguda no contexto da COVID-19 nas cidades de Maputo e Matola, em Abril de 2020. Verificou-se que actualmente, 15% das pessoas que vivem nas duas cidades estão na Fase 3 do IPC (crise), o que significa que 365,000 pessoas necessitam de assistência humanitária.
- A segurança alimentar e nutricional foi também avaliada em sete distritos nas províncias de Cabo Delgado e Tete, em Novembro e Dezembro de 2019, utilizando os protocolos do IPC. Este relatório está em vias de ser aprovado.
- As intervenções de assistência humanitária estão em curso em todo o país. Estão a ser organizadas duas avaliações:
- Monitorização da insegurança alimentar e nutricional utilizando a Análise e Mapeamento da Vulnerabilidade Móvel do WFP (mVAM) do WFP, planeada para meados de Julho e abrangendo áreas urbanas e rurais com uma amostra de 7,000 agregados familiares; e
- Um estudo de base sobre insegurança alimentar e nutricional, planeado para os meses de Agosto e Setembro do ano corrente, abrangendo as zonas rurais e urbanas do país,

numa amostra de validade provincial de cerca de 21,410 agregados familiares.

Namíbia

O país teve uma boa colheita. Contudo, os desafios actuais incluem:

- Fraco desempenho económico global e local;
- Seca prolongada em partes do país;
- Efeitos contínuos do confinamento da COVID-19 (aumentos de preços, perda de empregos, acesso reduzido a alimentos, acesso reduzido a remessas, etc.).

Com base nas projecções do IPC de Outubro de 2019, estima-se que 354,000 namibianos se encontram na Fase 3 do IPC (crise). Espera-se que estes números aumentem especialmente nos aglomerados urbanos, devido ao impacto da COVID-19. Estão actualmente em curso avaliações para estimar a insegurança alimentar entre Janeiro de 2020 e Março de 2021. Esta actualização está prevista para 31 de Julho de 2020.

As intervenções actuais e planeadas incluem:

- Apoio contínuo aos agricultores através de programas de incentivo planeados;
- Continuação da ajuda de emergência aos necessitados;
- Consultas sobre o fornecimento de habitação ou terrenos para fins residenciais;
- Continuação da monitorização da situação de insegurança alimentar no país;
- Apoio aos empregadores para reduzir os cortes devido à pandemia da COVID-19.

África do Sul

O país pode satisfazer os requisitos nacionais, apesar das perturbações provocadas pela pandemia da COVID-19.

As medidas drásticas para gerir a COVID-19 incluíram um confinamento nacional para travar a propagação do coronavírus no país. Os impactos económicos adversos são sentidos, uma vez que isto afecta negativamente as actividades lucrativas e tem um forte impacto na situação da segurança

alimentar. A África do Sul começou a abrir a economia para salvar a subsistência das pessoas.

O país tem vindo a enfrentar desafios económicos há quase dez anos, tais como o crescimento lento, a deterioração das finanças públicas, o desemprego em massa e as falhas de energia.

A pressão sobre os rendimentos das famílias causada pelo confinamento nacional tornou-se uma realidade para muitas famílias sul-africanas. Isto tem um impacto negativo na acessibilidade dos preços e na acessibilidade dos alimentos. Há indicações de que os impactos económicos da COVID-19 têm efeitos dramáticos sobre o bem-estar das famílias e comunidades.

Cerca de 3,370,177 famílias enfrentaram problemas de acesso aos alimentos em 2018, das quais 1,664,770 eram chefiadas por homens e 1,705, 406 eram chefiadas por mulheres.

Tanzânia, República Unida da

Para o ano de consumo actual (2019/2020), o país sofreu alguns choques susceptíveis de reduzir a produção alimentar, incluindo:

- A pandemia COVID-19 e o confinamento;
- Fortes chuvas que levaram a inundações, destruição de infra-estruturas de transporte, perda de propriedade e exploração de água em algumas zonas do país;
- Surto de pragas de culturas como a quelea (aves) e a invasão do lagarta do cartucho em algumas zonas do país.

Geralmente, a disponibilidade de alimentos é suficiente e estável em todo o país. Espera-se que os rendimentos de arroz e milho aumentem 6% em relação ao ano passado. Prevê-se que as reservas alimentares e a acessibilidade aumentem a nível doméstico no ano de consumo 2020/21. Os preços dos principais produtos alimentares de base, ou seja, milho, arroz e feijão, têm vindo a diminuir desde Junho de 2020. O bom desempenho pluviométrico e a disponibilidade de pastagens

Relatório de Síntese da SADC RVAA 2020

também contribuíram para o aumento da população pecuária.

O Governo está a tomar medidas para garantir a segurança alimentar e nutricional:

- Aumentar o nível mínimo de reserva de cereais na Agência Nacional de Reserva Alimentar (de 251,000 toneladas para 501,000 toneladas);
- Controlo das exportações de alimentos, particularmente de cereais;
- Implementar medidas para monitorizar todas as áreas em risco de pragas de gafanhotos e lagarta do cartucho;
- Encorajar os agricultores a utilizar a água disponível para o esquema de irrigação;
- Facilitar e controlar a disponibilidade de insumos agrícolas em tempo útil;
- Promoção da produção local de insumos agrícolas;
- Promoção de medidas preventivas contra a COVID-19.

A fim de garantir a segurança alimentar e nutricional foram recomendadas as seguintes medidas:

- Avaliações de vulnerabilidade abrangentes nacionais atempadas;
- Manter e promover o manuseamento e armazenamento adequados pós-colheita;
- Aumentar o investimento na agricultura de irrigação;
- Continuar a criar consciencialização sobre a COVID-19;
- Expandir os serviços de vacinação animal para a prevenção geral de doenças animais;
- Divulgar informação aos agricultores sobre pastagens

Zâmbia

Nenhuma actualização recebida.

Zimbabué

Atraso no início das chuvas causou mortes de gado, atraso na plantação e irrigação limitada. O confinamento da COVID-19 afectou os meios de

subsistência da maioria das famílias urbanas e é provável que piore o estado de segurança alimentar e nutricional. Além disso, as famílias com opções de subsistência, tais como o pequeno comércio, a venda ambulante, a mão-de-obra ocasional, o comércio especializado e as próprias empresas, eram susceptíveis de sofrer o maior impacto da ausência de comércio durante o período de confinamento.

A baixa capacidade da barragem teve um impacto negativo na geração de energia hidroeléctrica. Como resultado, o país teve de suportar cortes de energia prolongados que perturbaram a prestação de serviços e a produção em sectores económicos chave. Além disso, factores estruturais macroeconómicos e sociais também contribuem significativamente para a insegurança alimentar e nutricional urbana.

O governo do Zimbabué e os parceiros de desenvolvimento implementaram as seguintes medidas para garantir a segurança alimentar para todas as pessoas, entre outras:

Lançou um apelo humanitário;

- Apoiou os grupos vulneráveis;
- Eliminou os direitos de importação de milho, trigo e óleo de cozinha, entre outros produtos básicos, para assegurar a acessibilidade dos alimentos essenciais e atenuar os efeitos da seca registada na estação 2018-2019;
- Subsídios alimentares;
- Distribuição de factores de produção agrícola;
- Levantamento da proibição das vendas privadas de cereais; e
- Permitir a importação de milho geneticamente modificado (GMO).

As avaliações acabam de ser iniciadas.

Anexo A: Breve resumo da insegurança alimentar e nutricional regional

AFRICA AUSTRAL

Avaliação e Análise de Vulnerabilidade Regional (em Julho 2020)



RVAA
Regional Vulnerability Assessment
& Analysis Programme
Informing resilient livelihoods

Perto de 44.8 milhões de pessoas nas zonas urbanas e rurais da África Austral estão em insegurança alimentar devido a múltiplos choques e factores de estresse. Nove Estados-Membros da SADC estão também a relatar taxas de atrofamento acima dos 30%, e as deficiências de micronutrientes são generalizadas. No entanto, o impacto total da COVID-19 e o confinamento que tem contribuído maciçamente para a pobreza já generalizada nem sequer já pode ser calculada. Os pobres urbanos têm vindo a sofrer desde o início do confina-

mento, uma vez que dependem inteiramente do mercado para a sua alimentação. Espera-se que a colheita de milho das regiões de 2020 tenha aumentado pelo menos 6% em relação ao ano passado.

As condições secas também afectaram a produção em Eswatini, Lesoto, sudeste de Angola, sul de Madagascar e Moçambique e a maior parte do Zimbábue. Espera-se que a insegurança alimentar rural atinja o seu pico entre Novembro de

2020 e Janeiro de 2021, altura em que as famílias de pequenos agricultores teriam esgotado as suas próprias reservas alimentares com a próxima colheita prevista para Abril de 2021. Assim, embora se esperem mais dados, através da advocacia precoce, há tempo suficiente para dar uma resposta coordenada à insegurança alimentar rural grave esperada a partir de Novembro de 2020, ao mesmo tempo avaliando a insegurança alimentar já existente nas zonas urbanas de toda a região.

44.8M

PESSOAS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR

18.7M

CRIANÇAS ATROFIADAS

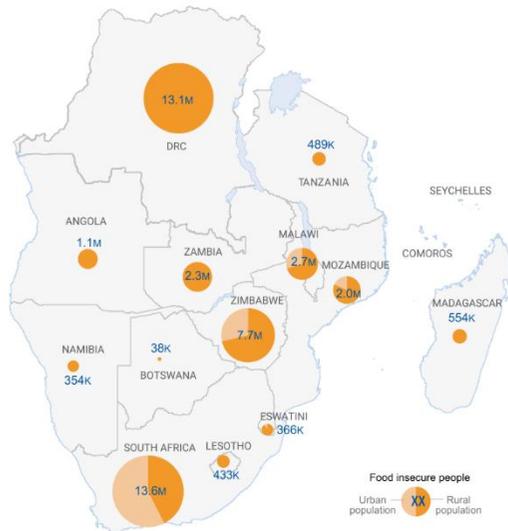
2.3M

CRIANÇAS ENFRENTANDO DESNUTRIÇÃO AGUDA GRAVE

8%

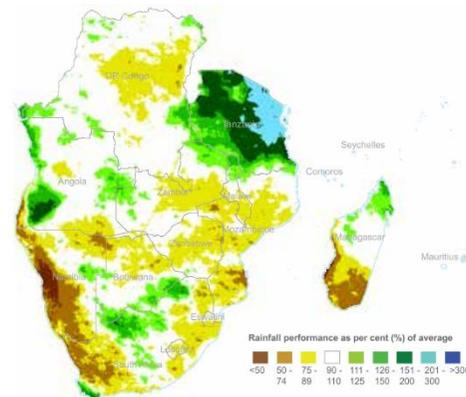
2020/2021 AUMENTO NA PRODUÇÃO DE MILHO

Número de pessoas em situação de insegurança alimentar*

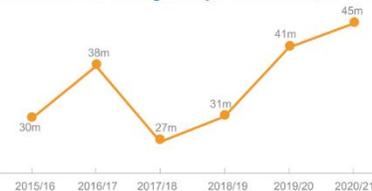


*Insegurança alimentar de acordo com avaliações e previsões: NVAC

Desempenho pluviométrico, (Out 2019-Mar 2020)

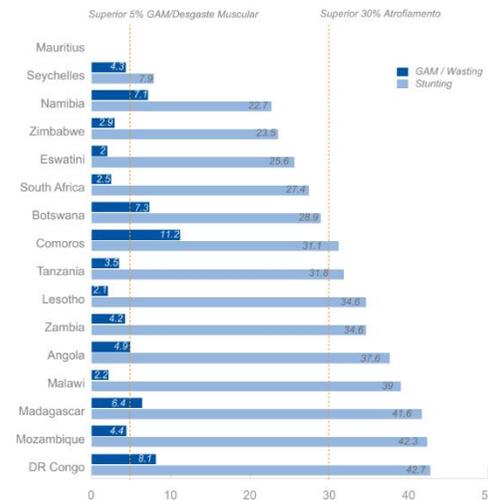


Tendências de Insegurança alimentar, 2015-2020**

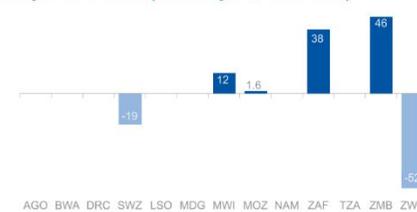


**Dados baseiam-se principalmente em avaliações rurais, com alguns países também direccionados em avaliações urbanas

Prevalência de desnutrição global aguda e atrofamento



Balço de Cereal (mudança % em 2020)





1 REGIÃO
16 NAÇÕES
A TRABALHAR PARA UM FUTURO
COMUM



www.sadc.int



[sadc_secretariat](https://www.instagram.com/sadc_secretariat)



facebook.com/sadc.int



[@sadc_news](https://twitter.com/sadc_news)



info@sadc.int



youtube.com/sadc.int

Southern African Development Community (SADC), SADC House, Plot No. 54385

Central Business District, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana

Tel: +267 395 1863, Fax: +267 397 2848/3181070